

Sumário

Número de notícias: 17 | Número de veículos: 14

VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

STJ começa a julgar regras para benefício fiscal do Perse..... 3

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Doações via IR podem ajudar o Marajó.....5

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

TCU determina auditoria para investigar Previ.....7

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
SEGURIDADE SOCIAL

Licenças do trabalho crescem quase 83%.....8

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
SEGURIDADE SOCIAL

Saúde mental: licenças do trabalho crescem quase 83% no DF (Saúde mental).....12

FOLHA ONLINE - SP - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

STF julga recurso na revisão da vida toda do INSS nesta quinta (10); veja o que pode mudar
..... 16

PORTAL UOL - ECONOMIA
SEGURIDADE SOCIAL

13º antecipado pelo INSS: veja calendário com datas de pagamento..... 18

DIÁRIO DE PERNAMBUCO - RECIFE - PE - OPINIÃO
SERVIDOR PÚBLICO

A Constituição de 1988 ainda dá conta do Brasil de hoje? (Artigo)..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES
REFORMA TRIBUTÁRIA

"O Brasil não pode recuar para o protecionismo", afirma Hugo Motta - CAPITAL S/A.....20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - DIREITO E JUSTIÇA
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto estabelece punições para devedores contumazes - DATA VENIA..... 23

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE
REFORMA TRIBUTÁRIA

Projeto estabelece punições para devedores contumazes (Data Venia).....25

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

"Brasil é o país mais aberto"28

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Tarifaço entre EUA e China inicia a guerra comercial do século - NAS ENTRELINHAS.....30

O ESTADO DE S. PAULO - METRÓPOLE
ECONOMIA

Nº de alunos no ensino médio técnico cresce apenas metade do previsto..... 32

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS
ECONOMIA

Estresse no Treasury leva juro longo a 5% nos EUA	34
O GLOBO - RJ - ECONOMIA ECONOMIA	
Governo brasileiro vê risco de recessão global	37
O ESTADO DE S. PAULO - ESPAÇO ABERTO SEGURIDADE SOCIAL	
A agenda inescapável (Artigo)	38

STJ começa a julgar regras para benefício fiscal do Perse

A União saiu na frente no julgamento, pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), de aspectos relevantes do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), que podem ampliar o seu alcance. A discussão envolve a necessidade de inscrição prévia no Cadastur para ter direito ao benefício fiscal previsto no programa, que também abrange a área de turismo, e se os optantes do Simples Nacional também teriam direito à alíquota zero de PIS, Cofins, CSLL e IRPJ.

Por enquanto, votou apenas a relatora, ministra Maria Thereza de Assis Moura, que manteve a exigência do Cadastur - cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo - e negou o benefício fiscal às micro e pequenas empresas. O julgamento foi suspenso por pedido de vista do ministro Gurgel de Faria. O prazo para a devolução da vista é de 30 dias (Tema 1283). A seção é composta por dez ministros, mas a presidente só vota em caso de empate.

O Perse foi instituído pelo governo federal em maio de 2021, com a Lei nº 14.148. O objetivo era compensar os setores de eventos e turismo pelo impacto causado com as decretações de lockdown e isolamento social em decorrência da pandemia de covid-19. Além de benefício fiscal pelo prazo de cinco anos, o Perse permitiu o parcelamento de dívidas tributárias e relativas ao FGTS.

Questionamentos judiciais começaram depois que o Ministério da Economia editou, em junho de 2021, a Portaria nº 7.163. A regulamentação impôs uma condição para o benefício: que na data da publicação da lei do Perse (3 de maio de 2021), as empresas já estivessem inscritas no Cadastur - exigência não prevista na Lei nº 14.148/2021. segundo defendem os contribuintes..

Bares e restaurantes foram os mais afetados pela exigência. No julgamento, o advogado Ilan Gorin, que defende um contribuinte, destacou, em sustentação oral, que era comum no setor não haver a inscrição no Cadastur e que apenas 1,5% dos estabelecimentos tinham esse cadastro. Com a medida, acrescentou, o Ministério da Economia excluiu 90% do que haveria de isenção tributária.

A procuradora Rafaela Duarte, representante da Fazenda Nacional, porém, defendeu que a

regularidade do Cadastur é essencial para usufruir de benefícios do Perse, que decorre da Lei nº 11.771, de 2008, referente à política nacional de turismo. "Não bastaria a empresa no passado ter exercido a atividade indicada, tampouco no futuro", disse ela, indicando que o cadastro garantiria que a empresa funcionava na área de turismo na época da pandemia.

"É um caso muito peculiar de premonição normativa", afirmou no julgamento Sandro Machado, advogado da Associação Nacional de Restaurantes (ANR), em referência à norma citada pela Fazenda para embasar a exigência do Cadastur, que é bem anterior à do Perse, que foi editada em 2021. Ainda segundo o advogado, o regime do Perse não é um benefício, mas um regime dado por prazo determinado e sob condição. Machado ainda citou que o prazo determinado vem sendo violado pela Fazenda, apontando para a outra discussão judicial sobre o tema.

O advogado Tiago Conde, que representa no julgamento um restaurante, afirmou que não há motivo legal para restrição ou exigência de registro no Cadastur e que excluir que empresas do Simples Nacional se beneficiem do programa seria um retrocesso, porque a legislação não traz essa restrição.

Em seu voto, a ministra Maria Thereza de Assis Moura entendeu, porém, que a exigência do Cadastur está em conformidade com a lei e que as hipóteses para a alíquota zero dos **tributos** devem ser interpretadas com base no Código Tributário Nacional (CTN), de forma literal. Para ela, o optante pelo Simples Nacional não pode se beneficiar do benefício fiscal previsto pelo programa porque há vedação legal pela Lei Complementar nº 126, de 2006.

No julgamento, a discussão mais recente nos tribunais sobre o assunto, no entanto, não está em análise pelos ministros. Trata-se da extensão do prazo do benefício fiscal, que, segundo a **Receita Federal**, teria se encerrado em 1º de abril ao atingir R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal.

O teto de R\$ 15 bilhões foi instituído em 2024, por meio da Lei nº 14.859. E a data determinada para o fim do benefício, com o atingimento do limite, veio com Ato Declaratório Executivo nº 2/2025, editado pela

Receita Federal. Essas duas normas são questionadas pelos contribuintes.

Empresas conseguiram liminares e sentenças no Judiciário para estender o prazo do benefício fiscal. Uma das decisões beneficia os associados da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel). A liminar foi concedida pela 4ª Vara Federal Cível do Distrito Federal, que estendeu o benefício fiscal do Perse "até o efetivo esgotamento do prazo de 60 meses previsto no artigo 4º da Lei nº 14.148/2021" (processo nº 1027337-87.2025.4.01.3400).

No Paraná, duas empresas do setor de transporte rodoviário coletivo de passageiros conseguiram sentenças para garantir o benefício fiscal até março de 2027. As ações estão mais adiantadas porque foram ajuizadas contra a Lei nº 14.859, de 2024, que estabeleceu o teto de R\$ 15 bilhões. As decisões foram proferidas pelo juiz Antônio César Bochenek, da 2ª Vara Federal de Ponta Grossa (processos nº 5006860-62.2024.4.04.7009 e nº 5005757-20.2024.4.04.7009).

Site: <https://valor.globo.com/virador/#/edition/188163>

Doações via IR podem ajudar o Marajó

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançou ontem duas campanhas no Marajó: a quarta fase da "Ação pelas Meninas e Mulheres do Marajó" e o "Se Renda à Infância". As iniciativas contaram com o apoio do Poder Judiciário do Pará (TJPA) e das demais entidades de fiscalização e promoção da garantia de direitos. As ações contam com a destinação de parte do Imposto de Renda a fundo de apoio à infância e adolescência.

Iniciada em 2021, a campanha "Se Renda à Infância 2025" tem o intuito de incentivar a destinação do Imposto de Renda de pessoas físicas e jurídicas aos fundos dos direitos da criança e do adolescente com foco na destinação a projetos de promoção dos direitos infantojuvenis. Ontem (09) uma solenidade foi realizada no Salão Nobre do edifício-sede do Tribunal de Contas do Pará (TJPA) na presença de parceiros, representantes do Governo do Pará, **Receita Federal** e demais órgãos fiscalizadores.

CRITÉRIOS

A destinação não gera qualquer gasto extra ao contribuinte e pode ser feita por quem tem imposto a pagar ou imposto a restituir. Apenas as pessoas que fazem a declaração na modalidade completa podem destinar os recursos. Pessoas físicas podem destinar ao longo do ano o valor de até 6% do imposto devido, com compensação fiscal posterior, ou até 3% durante o período de declaração do imposto, no próprio sistema da **Receita Federal**. Já pessoas jurídicas que são tributadas com base no lucro real podem destinar até 1% (um por cento) do imposto sobre a renda devida.

O art. 260 do Estatuto da Criança e do Adolescente prevê a possibilidade de destinação do imposto de renda e define que os valores recebidos sejam geridos pelos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente do ente federado respectivo. Os recursos somente podem ser utilizados para fins voltados ao interesse de crianças e adolescentes.

A expectativa da coordenadora do Fórum Nacional da Infância, a conselheira Renata Gil, do CNJ, à frente da Ação para Meninas e Mulheres do Marajó, é de sucesso na articulação das duas campanhas. "Temos expectativa de que o fundo fique bastante recheado de doações e consigamos aplicar esses projetos ainda este ano. Durante todo o ano as pessoas podem doar, físicas e jurídicas, mas neste momento de campanha, esperamos que haja aporte grande e já conseguimos

começar os projetos na ilha, que precisa muito de ajuda financeira, e isso não entra no bolso do constituinte. Em vez de pagarmos o imposto de renda, estamos destinando um pedaço do imposto para essas comunidades", disse.

Durante o discurso de abertura, o presidente do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), desembargador Roberto Gonçalves de Moura, destacou que a iniciativa reúne esforços de instituições públicas e da sociedade civil em prol da garantia de proteção e dignidade às crianças e adolescentes. Sendo assim, a proposta da campanha é incentivar a destinação de parte do Imposto de Renda para projetos sociais voltados à Infância e Adolescência, sem custo adicional aos contribuintes, com potencial de gerar mudanças reais na vida de pessoas em situação de vulnerabilidade.

"Com essa destinação, o contribuinte tem chance de direcionar ao fundo específico que apoiam opções relacionadas à educação, proteção, cultura e inclusão social de alto impacto para as crianças e adolescentes. Este ano, o foco do estado é o Marajó, uma das regiões mais desafiadoras do país sem acesso a direitos básicos. Cada recurso destinado pode significar mais oportunidades e também mais recursos para essas crianças e adolescentes", afirmou o presidente do TJPA.

A secretária de Estado de Articulação da Cidadania, Elieth de Fátima da Silva Braga, ressaltou a importância do evento e a participação efetiva do Governo do Pará no enfrentamento dos problemas que levam à fragilidade de crianças e mulheres do Marajó, atuando para reforçar a política da infância e de combate à vulnerabilidade com os programas "Creches por Todo o Pará" e Usina da Paz.

ENFRENTAMENTO

Ainda de acordo com a conselheira do CNJ, Renata Gil, a ação tem trabalhado em várias frentes para combater a violência sexual de mulheres e meninas do Marajó, através do julgamento em tempo recorde, a prisão dos abusado-res, meios de acesso a ajuda em caso de violências, além de iniciativas de incentivo a geração de emprego e renda com foco na autonomia financeira desse público. "Estamos julgando todos os processos de fe-minicídio em tempo recorde, trabalhando na captura daquelas pessoas que já tinham sido condenadas ou que têm mandado de prisão em aberto para trazer essa sensação de

segurança para a população. Como a vulnerabilidade é muito grande no Marajó, nós estamos criando os veículos de comunicação onde elas podem buscar essa ajuda. Estamos trabalhando com os cartórios para que eles criem um projeto de empreende-dorismo feminino lá e também com algumas instituições grandes para que a gente tenha um aporte financeiro nos fundos municipais da região para que essa verba seja destinada de verdade ao combate à violência e à melhoria de vida das mulheres", disse. (Com informações do TJPA)

Site:

<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3106#book/>

TCU determina auditoria para investigar Previ

Previ/Divulgação



Viagens de Fukunaga, presidente da Previ, serão investigadas

» LUANA PATRIOLINO

O Tribunal de Contas da União (TCU) determinou, ontem, a abertura de uma auditoria para investigar as causas do rombo de R\$ 17,6 bilhões em 2024 e verificar a política de investimentos da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Um relatório técnico da Corte também levantou suspeitas sobre as viagens internacionais do presidente da entidade, João Luiz Fukunaga, e a compra de ações da Vibra (antiga BR Distribuidora) pelo fundo de pensão.

Os ministros designaram a apuração de um possível conflito de interesses envolvendo Fukunaga, que ocupa cargo no conselho de administração da Vale. De acordo com a área técnica do TCU, os investimentos da Previ podem estar sendo usados como forma para garantir cargos em conselhos de empresas.

Determinados aportes, como a compra de ações da Vibra, podem ter contrariado a política da instituição de reduzir a exposição em renda variável.

"Deve ser averiguado se a manutenção do significativo valor investido pela Previ, de mais de R\$ 20 bilhões, tem também por objeto proporcionar ao sr. Fukunaga assento no conselho e a extraordinária remuneração de mais de R\$ 2 milhões de reais por ano, condição

milionária que poderia ser perdida com a redução da participação da Previ na Vale", destacou o relator da ação no TCU, ministro Walton Alencar Rodrigues.

Conforme o relatório, as decisões de investimento podem ter tido como objetivo viabilizar assentos em conselhos de administração, favorecendo pessoas próximas à atual gestão. "Cumpra saber se a remuneração bem superior a R\$ 160 mil por mês poderia objetivamente colocar em risco a imparcialidade do conselheiro da Vale e presidente da Previ, em relação aos interesses da empresa que preside e viceversa", disse o relator.

O ministro Walton Alencar Rodrigues apontou as viagens de Fukunaga para países como Japão e Portugal "em íntima confraternização com notórios negociantes do mercado". Segundo ele, os fatos não passaram despercebidas pelo TCU.

Para o relator, o padrão dos encontros e o perfil das pessoas envolvidas revela "a proximidade da alta direção da Previ com pessoas de fora da Previ, bastante conhecidas pelos métodos não ortodoxos de atuação nos vários setores da administração pública".

O relatório também questiona as mudanças nos critérios de nomeação dos representantes da Previ nos conselhos das instituições. Esses cargos eram ocupados normalmente por pessoas com formação acadêmica e técnica. No entanto, essas exigências teriam sido flexibilizadas, abrindo espaço para indicações políticas ou sindicais.

O caso também deve ser acompanhado pela Política Federal, Ministério Público Federal (MPF), Controladoria-Geral da União e ao Congresso Nacional, segundo o TCU. Atualmente com quase 200 mil participantes, a Previ é o maior fundo de pensão do país e também o maior da América Latina, com cerca de R\$ 270 bilhões sob gestão, segundo dados da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de **Previdência Complementar** (Abrapp).

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/04/10/all.pdf>

Licenças do trabalho crescem quase 83%

» **BRUNA PAUXIS**

O Distrito Federal registrou, em 2024, mais de 14 mil afastamentos de trabalhadores devido a situações relacionadas com saúde mental, segundo levantamento do Ministério da **Previdência Social**. O número, que representa um aumento de 82,7% em relação a 2023, envolve pacientes com quadros psicológicos variados.

Em destaque estão a ansiedade e a depressão, manifestadas tanto em episódios eventuais ou resultantes de transtorno depressivo recorrente.

"Minha apatia, desânimo e desespero foram se aprofundando ao longo dos meses, apesar da medicação, que me ajudou a cortar os choros diários. Era torturante não só manter o autocuidado, mas ir trabalhar", conta Lucas (nome fictício). Servidor público com 55 anos de idade, ele obteve uma licença para buscar se equilibrar emocionalmente.

Adoecido pela ansiedade e depressão, o paciente conta que tentou ao máximo evitar o afastamento. "Apesar de ofertas da chefia para tratamento, eu me recusava a fazê-lo por achar que continuar trabalhando podia me ajudar de alguma forma", relata. Em determinado momento, porém, o esforço de Lucas foi por terra.

"Um dia, a situação chegou ao limite.

Disseram-me que, no trabalho, durante uma crise, bati a cabeça na parede, o que obrigou meus superiores a me impor um afastamento de 30 dias e ajuda psicológica", diz.

Causas O número de afastamentos do ano passado é quase o dobro do período anterior (7.686 mil). Esses registros vinham em crescente, dado que em 2022 foram 5. 846 pedidos. Para a professora do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Sociologia, Elen Geraldês, o aumento pode ser relacionado à covid. "Na pandemia, aconteceu uma transformação no universo do trabalho. Antes parecia assustador um emprego exclusivamente on-line, com o uso das tecnologias. Durante a quarentena, isso se tornou uma realidade. As pessoas se acostumaram com o trabalho de casa, que permitia a elas uma rotina diferente com mais possibilidades.

Depois, foram realocadas no regime presencial, sem o

acolhimento e adaptação correta", comenta.

Para a pesquisadora, singularidades de Brasília também podem intensificar a sensação de deslocamento e solidão.

"Na cidade, existem quase castas, de quem é concursado, terceirizado e por aí vai. São tipos de remuneração, de situação, de segurança diferentes. E essa comparação leva a um desgaste psicológico", explica. Geraldês resalta também o problema do assédio no ambiente de trabalho. "Muitas vezes, a natureza do trabalho que se dá no DF, o trabalho político, que envolve tensionamentos, visões de mundo diferentes, cobrança de resultados, tudo isso pode ser um elemento de agravamento à saúde mental", completa.

A professora destacou que uma parcela de trabalhadores não contabilizada nos dados do Ministério: quem atua como pessoa jurídica. Em abril de 2024, havia mais de 412 mil microempreendedores Individuais (MEI) no DF. Sem direitos garantidos pelas Leis do Trabalho (CLT), na opinião dela, eles estão largados à própria sorte em caso de adoecimento.

"MEI perde direitos e acaba sendo muito cobrado, às vezes mais do que quem trabalha com carteira assinada", opina Geraldês.

"Embora ser PJ me permita ter mais liberdade, os direitos fazem falta. Não tenho férias, não tenho segurança nenhuma caso eu fique doente e precise me afastar", conta um gestor de tráfego, de 29 anos, que pediu anonimato.

"Em vários momentos eu senti que precisava de um tempo, me senti a beira de um burnout e simplesmente não pude me resguardar porque se eu não trabalhar eu não recebo", completa.

Para ele, ser uma pessoa jurídica o sobrecarrega muito mais com responsabilidades do que um trabalhador CLT. "Caso algo dê errado ou os resultados da empresa não saiam como esperados, é muito mais simples culpar quem tem um vínculo de PJ. A pressão é muito grande, tudo isso afeta o psicológico. Falta empatia", lamenta.

O psicólogo Wanderson Neves explica que pacientes com depressão podem ter uma piora com as responsabilidades e compromissos do dia a dia profissional.

"A sobrecarga de tarefas, pressão por resultados e falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional podem levar ao esgotamento emocional", analisa. Segundo ele, a ansiedade, por sua vez, se manifesta ainda mais, no indivíduo desestabilizado com a rotina laboral.

Garantias Por lei, o empregado pode se afastar, com atestado psicológico, emitido por um psicólogo, por até 15 dias. Se o caso necessitar um período maior, o afastamento é um direito concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Para isso, o trabalhador deve passar por perícia médica e apresentar o atestado e o solicitação de licença.

Contudo, mesmo com essa garantia legal, muitos profissionais que estão adoecidos têm medo de requerê-la por **temer** até perder seu emprego ou alguma repesália.

Cristiane Vieira, advogada do escritório Ferraz dos Passos, esclarece que o beneficiado por esse direito específico não pode ser demitido no período de afastamento. E se a demissão ocorrer durante a licença, existe a possibilidade de que a Justiça a reverta e ainda determine que o empregador pague multas e até indenizações.

Responsabilidade Para o Gerente Executivo da área de Gente e Cultura da Bancorbrás, Sérgio Garcia, identificar o adoecimento do funcionário é, inicialmente, papel do gestor.

De acordo com ele, é necessário identificar a causa dos problemas para que sejam tratados da melhor forma possível, até mesmo com o remanejamento do funcionário dentro da empresa, em uma situação que contribua para seu bem-estar. "A partir da percepção de uma anormalidade, ele deve orientar para que essa pessoa busque uma ajuda especializada", diz.

Ele frisa que, durante o processo de afastamento, a empresa deve acompanhar seu empregado, prezando pela sua privacidade. "Isso quem faz, normalmente, é um técnico de medicina e segurança de trabalho, com muito cuidado, para não ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), porque como nós estamos falando de dados sensíveis não podemos ser invasivos." Garcia considera que, para manter a mente do trabalhador saudável, a empresa pode adotar estratégias como acesso a academias, clubes de corrida e viagens, além de manter um local seguro e de qualidade para o trabalho. "É papel da liderança garantir um ambiente saudável e sem nenhum tipo de assédio, discriminação, perseguição dentro do ambiente interno".

O que é burnout?

Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, se caracteriza pela exaustão física e emocional do paciente, que também apresentam sentimentos de fracasso e desmotivação.

Os primeiros sinais incluem cansaço extremo, insônia e alterações de humor. O tratamento envolve terapia, técnicas de relaxamento, mudanças no estilo de vida e, em alguns casos, medicação.

Ansiedade e depressão: quando buscar ajuda?

No consultório, vejo muitas pessoas chegarem com a mesma dúvida: "O que estou sentindo é normal ou pode ser um transtorno?" Essa incerteza é comum porque tanto a ansiedade quanto a depressão podem começar de forma sutil, se misturando à rotina até que o peso parece insustentável.

E distinguir um estresse passageiro de um adoecimento psíquico é desafiador, mas a diferença está na frequência, intensidade e o impacto dessas emoções na sua vida. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM- 5-TR), a ansiedade frequentemente se manifesta como uma sensação constante de inquietação.

A pessoa se preocupa o tempo todo, sente que precisa estar sempre no controle e tem dificuldade para relaxar. No corpo, isso se reflete como insônia, tensão muscular, fadiga e até sintomas físicos como dor no peito ou falta de ar. Já a depressão tem um tom diferente.

No consultório, é comum ouvir frases como "eu já não sinto vontade de fazer nada como antes" ou "parece que tanto faz, nada muda". Os sinais incluem um cansaço persistente, perda de interesse em atividades antes prazerosas, alterações no sono e apetite, além de pensamentos recorrentes de inutilidade ou culpa.

Mas sentir ansiedade e tristeza em algumas situações é normal.

O problema surge quando essas emoções não vão embora e começam a dificultar seu dia a dia. Na perspectiva da Terapia Cognitivo Comportamental, tanto a ansiedade quanto a depressão estão associadas a padrões de pensamento e comportamento que mantêm e reforçam o sofrimento.

Por exemplo, alguém com ansiedade pode evitar compromissos por medo de não dar conta, o que reduz momentaneamente a tensão, mas aumenta a insegurança no longo prazo. Já alguém com

depressão pode ter pensamentos como "nada mais faz sentido" sou "eu queria sumir", o que pode levar ao isolamento e à piora do quadro clínico.

Essas "armadilhas" da mente são automáticas e difíceis de perceber, mas podem ser modificadas com o tratamento adequado.

Se você sente que esta constantemente esgotado, procrastina por medo de falhar, perde o prazer nas coisas que antes faziam sentido ou percebe que suas emoções estão "dominando" sua vida, é hora de buscar ajuda. Conversar com um psicólogo e, se necessário, um psiquiatra, pode ser o primeiro passo para compreender e tratar o que está acontecendo. Afinal, saúde mental não se resolve com soluções rápidas ou mágicas, mas com o cuidado certo.

Karolyne Melo, psicóloga

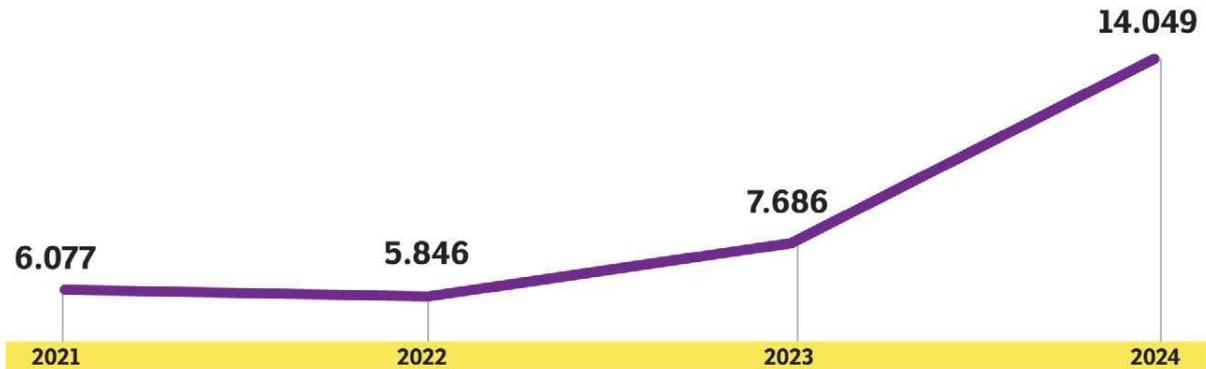
Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/10/all.pdf>

Um problema crescente no DF

Dados oficiais mostram que afastamentos explodiram a partir de 2023

AFASTAMENTOS NOS ÚLTIMOS QUATRO ANOS:



CAUSAS DE AFASTAMENTO POR SAÚDE MENTAL EM 2024:



Fonte: Ministério da Previdência Social.



Saúde mental: licenças do trabalho crescem quase 83% no DF (Saúde mental)

Bruna Pauxis +

O Distrito Federal registrou, em 2024, mais de 14 mil afastamentos de trabalhadores devido a situações relacionadas com saúde mental, segundo levantamento do Ministério da **Previdência Social**. O número, que representa um aumento de 82,7% em relação a 2023, envolve pacientes com quadros psicológicos variados. Em destaque estão a ansiedade e a depressão, manifestadas tanto em episódios eventuais ou resultantes de transtorno depressivo recorrente.

Minha apatia, desânimo e desespero foram se aprofundando ao longo dos meses, apesar da medicação, que me ajudou a cortar os choros diários. Era torturante não só manter o autocuidado, mas ir trabalhar, conta Lucas (nome fictício). Servidor público com 55 anos de idade, ele obteve uma licença para buscar se equilibrar emocionalmente.

Adoecido pela ansiedade e depressão, o paciente conta que tentou ao máximo evitar o afastamento. Apesar de ofertas da chefia para tratamento, eu me recusava a fazê-lo por achar que continuar trabalhando podia me ajudar de alguma forma, relata. Em determinado momento, porém, o esforço de Lucas foi por terra. Um dia, a situação chegou ao limite. Disseram-me que, no trabalho, durante uma crise, bati a cabeça na parede, o que obrigou meus superiores a me impor um afastamento de 30 dias e ajuda psicológica, diz.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Causas

O número de afastamentos do ano passado é quase o dobro do período anterior (7.686 mil). Esses registros vinham em crescente, dado que em 2022 foram 5.846 pedidos. Para a professora do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Sociologia, Elen Geraldles, o aumento pode ser relacionado à covid. Na pandemia, aconteceu uma transformação no universo do trabalho. Antes parecia assustador um emprego exclusivamente on-line, com o uso das tecnologias. Durante a quarentena, isso se tornou uma realidade. As pessoas se acostumaram com o trabalho de casa, que permitia a elas uma rotina

diferente com mais possibilidades. Depois, foram realocadas no regime presencial, sem o acolhimento e adaptação correta, comenta.

Para a pesquisadora, singularidades de Brasília também podem intensificar a sensação de deslocamento e solidão. Na cidade, existem quase castas, de quem é concursado, terceirizado e por aí vai. São tipos de remuneração, de situação, de segurança diferentes. E essa comparação leva a um desgaste psicológico, explica. Geraldles ressalta também o problema do assédio no ambiente de trabalho. Muitas vezes, a natureza do trabalho que se dá no DF, o trabalho político, que envolve tensionamentos, visões de mundo diferentes, cobrança de resultados, tudo isso pode ser um elemento de agravamento à saúde mental, completa.

A professora destacou que uma parcela de trabalhadores não contabilizada nos dados do Ministério: quem atua como pessoa jurídica. Em abril de 2024, havia mais de 412 mil microempreendedores Individuais (MEI) no DF. Sem direitos garantidos pelas Leis do Trabalho (CLT), na opinião dela, eles estão largados à própria sorte em caso de adoecimento. MEI perde direitos e acaba sendo muito cobrado, às vezes mais do que quem trabalha com carteira assinada, opina Geraldles.

Embora ser PJ me permita ter mais liberdade, os direitos fazem falta. Não tenho férias, não tenho segurança nenhuma caso eu fique doente e precise me afastar, conta um gestor de tráfego, de 29 anos, que pediu anonimato. Em vários momentos eu senti que precisava de um tempo, me senti a beira de um burnout e simplesmente não pude me resguardar porque se eu não trabalhar eu não recebo, completa. Para ele, ser uma pessoa jurídica o sobrecarrega muito mais com responsabilidades do que um trabalhador CLT. Caso algo dê errado ou os resultados da empresa não saiam como esperados, é muito mais simples culpar quem tem um vínculo de PJ. A pressão é muito grande, tudo isso afeta o psicológico. Falta empatia, lamenta.

O psicólogo Wanderson Neves explica que pacientes com depressão podem ter uma piora com as responsabilidades e compromissos do dia a dia profissional. A sobrecarga de tarefas, pressão por resultados e falta de equilíbrio entre vida pessoal e

profissionais podem levar ao esgotamento emocional, analisa. Segundo ele, a ansiedade, por sua vez, se manifesta ainda mais, no indivíduo desestabilizado com a rotina laboral.

Garantias

Por lei, o empregado pode se afastar, com atestado psicológico, emitido por um psicólogo, por até 15 dias. Se o caso necessitar um período maior, o afastamento é um direito concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Para isso, o trabalhador deve passar por perícia médica e apresentar o atestado e o solicitação de licença. Contudo, mesmo com essa garantia legal, muitos profissionais que estão adoecidos têm medo de requerê-la por **temer** até perder seu emprego ou alguma repesália.

Cristiane Vieira, advogada do escritório Ferraz dos Passos, esclarece que o beneficiado por esse direito específico não pode ser demitido no período de afastamento. E se a demissão ocorrer durante a licença, existe a possibilidade de que a Justiça a reverta e ainda determine que o empregador pague multas e até indenizações.

Responsabilidade

Para o Gerente Executivo da área de Gente e Cultura da Bancorbrás, Sérgio Garcia, identificar o adoecimento do funcionário é, inicialmente, papel do gestor. De acordo com ele, é necessário identificar a causa dos problemas para que sejam tratados da melhor forma possível, até mesmo com o remanejamento do funcionário dentro da empresa, em uma situação que contribua para seu bem-estar. A partir da percepção de uma anormalidade, ele deve orientar para que essa pessoa busque uma ajuda especializada, diz.

Ele frisa que, durante o processo de afastamento, a empresa deve acompanhar seu empregado, prezando pela sua privacidade. Isso quem faz, normalmente, é um técnico de medicina e segurança de trabalho, com muito cuidado, para não ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), porque como nós estamos falando de dados sensíveis não podemos ser invasivos. Garcia considera que, para manter a mente do trabalhador saudável, a empresa pode adotar estratégias como acesso a academias, clubes de corrida e viagens, além de manter um local seguro e de qualidade para o trabalho. É papel da liderança garantir um ambiente saudável e sem nenhum tipo de assédio, discriminação, perseguição dentro do ambiente interno.

Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, se caracteriza pela exaustão física e emocional do

paciente, que também apresentam sentimentos de fracasso e desmotivação. Os primeiros sinais incluem cansaço extremo, insônia e alterações de humor. O tratamento envolve terapia, técnicas de relaxamento, mudanças no estilo de vida e, em alguns casos, medicação.

No consultório, vejo muitas pessoas chegarem com a mesma dúvida: O que estou sentindo é normal ou pode ser um transtorno? Essa incerteza é comum porque tanto a ansiedade quanto a depressão podem começar de forma sutil, se misturando à rotina até que o peso parece insustentável.

E distinguir um estresse passageiro de um adoecimento psíquico é desafiador, mas a diferença está na frequência, intensidade e o impacto dessas emoções na sua vida. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), a ansiedade frequentemente se manifesta como uma sensação constante de inquietação. A pessoa se preocupa o tempo todo, sente que precisa estar sempre no controle e tem dificuldade para relaxar. No corpo, isso se reflete como insônia, tensão muscular, fadiga e até sintomas físicos como dor no peito ou falta de ar. Já a depressão tem um tom diferente. No consultório, é comum ouvir frases como eu já não sinto vontade de fazer nada como antes ou parece que tanto faz, nada muda. Os sinais incluem um cansaço persistente, perda de interesse em atividades antes prazerosas, alterações no sono e apetite, além de pensamentos recorrentes de inutilidade ou culpa.

Mas sentir ansiedade e tristeza em algumas situações é normal. O problema surge quando essas emoções não vão embora e começam a dificultar seu dia a dia. Na perspectiva da Terapia Cognitivo Comportamental, tanto a ansiedade quanto a depressão estão associadas a padrões de pensamento e comportamento que mantêm e reforçam o sofrimento. Por exemplo, alguém com ansiedade pode evitar compromissos por medo de não dar conta, o que reduz momentaneamente a tensão, mas aumenta a insegurança no longo prazo. Já alguém com depressão pode ter pensamentos como nada mais faz sentido sou eu queria sumir, o que pode levar ao isolamento e à piora do quadro clínico. Essas armadilhas da mente são automáticas e difíceis de perceber, mas podem ser modificadas com o tratamento adequado.

Se você sente que esta constantemente esgotado, procrastina por medo de falhar, perde o prazer nas coisas que antes faziam sentido ou percebe que suas emoções estão dominando sua vida, é hora de buscar ajuda. Conversar com um psicólogo e, se necessário, um psiquiatra, pode ser o primeiro passo para

compreender e tratar o que está acontecendo. Afinal, saúde mental não se resolve com soluções rápidas ou mágicas, mas com o cuidado certo.

Karolyne Melo, psicóloga

O Distrito Federal registrou, em 2024, mais de 14 mil afastamentos de trabalhadores devido a situações relacionadas com saúde mental, segundo levantamento do Ministério da **Previdência Social**. O número, que representa um aumento de 82,7% em relação a 2023, envolve pacientes com quadros psicológicos variados. Em destaque estão a ansiedade e a depressão, manifestadas tanto em episódios eventuais ou resultantes de transtorno depressivo recorrente.

Minha apatia, desânimo e desespero foram se aprofundando ao longo dos meses, apesar da medicação, que me ajudou a cortar os choros diários. Era torturante não só manter o autocuidado, mas ir trabalhar, conta Lucas (nome fictício). Servidor público com 55 anos de idade, ele obteve uma licença para buscar se equilibrar emocionalmente.

Adoecido pela ansiedade e depressão, o paciente conta que tentou ao máximo evitar o afastamento. Apesar de ofertas da chefia para tratamento, eu me recusava a fazê-lo por achar que continuar trabalhando podia me ajudar de alguma forma, relata. Em determinado momento, porém, o esforço de Lucas foi por terra. Um dia, a situação chegou ao limite. Disseram-me que, no trabalho, durante uma crise, bati a cabeça na parede, o que obrigou meus superiores a me impor um afastamento de 30 dias e ajuda psicológica, diz.

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Causas

O número de afastamentos do ano passado é quase o dobro do período anterior (7.686 mil). Esses registros vinham em crescente, dado que em 2022 foram 5.846 pedidos. Para a professora do Programa de Direitos Humanos da Universidade de Brasília (UnB) e doutora em Sociologia, Elen Geraldês, o aumento pode ser relacionado à covid. Na pandemia, aconteceu uma transformação no universo do trabalho. Antes parecia assustador um emprego exclusivamente on-line, com o uso das tecnologias. Durante a quarentena, isso se tornou uma realidade. As pessoas se acostumaram com o trabalho de casa, que permitia a elas uma rotina diferente com mais possibilidades. Depois, foram realocadas no regime presencial, sem o acolhimento e adaptação correta, comenta.

Para a pesquisadora, singularidades de Brasília também podem intensificar a sensação de deslocamento e solidão. Na cidade, existem quase castas, de quem é concursado, terceirizado e por aí vai. São tipos de remuneração, de situação, de segurança diferentes. E essa comparação leva a um desgaste psicológico, explica. Geraldês resalta também o problema do assédio no ambiente de trabalho. Muitas vezes, a natureza do trabalho que se dá no DF, o trabalho político, que envolve tensionamentos, visões de mundo diferentes, cobrança de resultados, tudo isso pode ser um elemento de agravamento à saúde mental, completa.

A professora destacou que uma parcela de trabalhadores não contabilizada nos dados do Ministério: quem atua como pessoa jurídica. Em abril de 2024, havia mais de 412 mil microempreendedores Individuais (MEI) no DF. Sem direitos garantidos pelas Leis do Trabalho (CLT), na opinião dela, eles estão largados à própria sorte em caso de adoecimento. MEI perde direitos e acaba sendo muito cobrado, às vezes mais do que quem trabalha com carteira assinada, opina Geraldês.

Embora ser PJ me permita ter mais liberdade, os direitos fazem falta. Não tenho férias, não tenho segurança nenhuma caso eu fique doente e precise me afastar, conta um gestor de tráfego, de 29 anos, que pediu anonimato. Em vários momentos eu senti que precisava de um tempo, me senti a beira de um burnout e simplesmente não pude me resguardar porque se eu não trabalhar eu não recebo, completa. Para ele, ser uma pessoa jurídica o sobrecarrega muito mais com responsabilidades do que um trabalhador CLT. Caso algo dê errado ou os resultados da empresa não saiam como esperados, é muito mais simples culpar quem tem um vínculo de PJ. A pressão é muito grande, tudo isso afeta o psicológico. Falta empatia, lamenta.

O psicólogo Wanderson Neves explica que pacientes com depressão podem ter uma piora com as responsabilidades e compromissos do dia a dia profissional. A sobrecarga de tarefas, pressão por resultados e falta de equilíbrio entre vida pessoal e profissional podem levar ao esgotamento emocional, analisa. Segundo ele, a ansiedade, por sua vez, se manifesta ainda mais, no indivíduo desestabilizado com a rotina laboral.

Garantias

Por lei, o empregado pode se afastar, com atestado psicológico, emitido por um psicólogo, por até 15 dias. Se o caso necessitar um período maior, o afastamento é um direito concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Para isso, o trabalhador deve

passar por perícia médica e apresentar o atestado e o solicitação de licença. Contudo, mesmo com essa garantia legal, muitos profissionais que estão adoecidos têm medo de requerê-la por **temer** até perder seu emprego ou alguma represália.

Cristiane Vieira, advogada do escritório Ferraz dos Passos, esclarece que o beneficiado por esse direito específico não pode ser demitido no período de afastamento. E se a demissão ocorrer durante a licença, existe a possibilidade de que a Justiça a reverta e ainda determine que o empregador pague multas e até indenizações.

Responsabilidade

Para o Gerente Executivo da área de Gente e Cultura da Bancorbrás, Sérgio Garcia, identificar o adoecimento do funcionário é, inicialmente, papel do gestor. De acordo com ele, é necessário identificar a causa dos problemas para que sejam tratados da melhor forma possível, até mesmo com o remanejamento do funcionário dentro da empresa, em uma situação que contribua para seu bem-estar. A partir da percepção de uma anormalidade, ele deve orientar para que essa pessoa busque uma ajuda especializada, diz.

Ele frisa que, durante o processo de afastamento, a empresa deve acompanhar seu empregado, prezando pela sua privacidade. Isso quem faz, normalmente, é um técnico de medicina e segurança de trabalho, com muito cuidado, para não ferir a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), porque como nós estamos falando de dados sensíveis não podemos ser invasivos. Garcia considera que, para manter a mente do trabalhador saudável, a empresa pode adotar estratégias como acesso a academias, clubes de corrida e viagens, além de manter um local seguro e de qualidade para o trabalho. É papel da liderança garantir um ambiente saudável e sem nenhum tipo de assédio, discriminação, perseguição dentro do ambiente interno.

Burnout, ou Síndrome do Esgotamento Profissional, se caracteriza pela exaustão física e emocional do paciente, que também apresentam sentimentos de fracasso e desmotivação. Os primeiros sinais incluem cansaço extremo, insônia e alterações de humor. O tratamento envolve terapia, técnicas de relaxamento, mudanças no estilo de vida e, em alguns casos, medicação.

No consultório, vejo muitas pessoas chegarem com a mesma dúvida: O que estou sentindo é normal ou pode ser um transtorno? Essa incerteza é comum porque tanto a ansiedade quanto a depressão podem começar de forma sutil, se misturando à rotina até que

o peso parece insustentável.

E distinguir um estresse passageiro de um adoecimento psíquico é desafiador, mas a diferença está na frequência, intensidade e o impacto dessas emoções na sua vida. De acordo com o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5-TR), a ansiedade frequentemente se manifesta como uma sensação constante de inquietação. A pessoa se preocupa o tempo todo, sente que precisa estar sempre no controle e tem dificuldade para relaxar. No corpo, isso se reflete como insônia, tensão muscular, fadiga e até sintomas físicos como dor no peito ou falta de ar. Já a depressão tem um tom diferente. No consultório, é comum ouvir frases como eu já não sinto vontade de fazer nada como antes ou parece que tanto faz, nada muda. Os sinais incluem um cansaço persistente, perda de interesse em atividades antes prazerosas, alterações no sono e apetite, além de pensamentos recorrentes de inutilidade ou culpa.

Mas sentir ansiedade e tristeza em algumas situações é normal. O problema surge quando essas emoções não vão embora e começam a dificultar seu dia a dia. Na perspectiva da Terapia Cognitivo Comportamental, tanto a ansiedade quanto a depressão estão associadas a padrões de pensamento e comportamento que mantêm e reforçam o sofrimento. Por exemplo, alguém com ansiedade pode evitar compromissos por medo de não dar conta, o que reduz momentaneamente a tensão, mas aumenta a insegurança no longo prazo. Já alguém com depressão pode ter pensamentos como nada mais faz sentido sou eu queria sumir, o que pode levar ao isolamento e à piora do quadro clínico. Essas armadilhas da mente são automáticas e difíceis de perceber, mas podem ser modificadas com o tratamento adequado.

Se você sente que esta constantemente esgotado, procrastina por medo de falhar, perde o prazer nas coisas que antes faziam sentido ou percebe que suas emoções estão dominando sua vida, é hora de buscar ajuda. Conversar com um psicólogo e, se necessário, um psiquiatra, pode ser o primeiro passo para compreender e tratar o que está acontecendo. Afinal, saúde mental não se resolve com soluções rápidas ou mágicas, mas com o cuidado certo.

Karolyne Melo, psicóloga

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/cidades-df/2025/04/7106700-saude-mental-licencas-do-trabalho-crescem-quase-83-no-df.html>

STF julga recurso na revisão da vida toda do INSS nesta quinta (10); veja o que pode mudar

Cristiane Gercina

Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) analisam, nesta quinta-feira (10), recurso na ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) 2.111, que derrubou a revisão da vida toda do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social). A sessão de julgamento presencial está marcada para começar às 14h.

O processo é o segundo da pauta, mas a corte pode decidir por não seguir a ordem e iniciar a sessão julgando o caso.

A revisão da vida toda é uma ação judicial na qual aposentados e pensionistas da **Previdência Social** pedem para incluir, no cálculo do benefício, valores pagos em outras moedas, antes de 1994, que não o real. Para o Supremo, não há esse direito.

Aprovada em 2022 pelo plenário, a tese foi derrubada em 2024, em julgamento de duas ações sobre o fator previdenciário, que chegaram à corte em 1999.

No recurso, chamado de embargo de declaração - quando se pede o esclarecimento de algum ponto da decisão -, a CNTM (Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos), que entrou com a ação há mais de 20 anos, pede a anulação do julgamento de março de 2024 garantindo o direito à correção.

A confederação quer ainda a preservação da tese, aprovada inicialmente no Tema 1.102, e, caso o STF entenda que não há mesmo esse direito, ao menos garanta o pagamento da aposentadoria maior a quem já ganhou ação na Justiça, sem que o segurado seja obrigado a devolver os valores recebidos.

A advogada Marcella Moreira Barbosa Hunas, sócia da Kravchychyn Advocacia e Consultoria, diz que as expectativas dos segurados e de seus advogados são altas em relação ao tema, porque espera-se que o Supremo decida a respeito dos valores já pagos e de outras verbas.

"Como o mérito da ADI 2.111 já foi julgado, o que se discute agora é a possibilidade de modulação dos efeitos da decisão. Essa modulação teria como

objetivo afastar a obrigação de devolver os valores recebidos de boa-fé por segurados que obtiveram decisões judiciais favoráveis até 5 de abril de 2024 [quando houve publicação]", diz.

"Essa proposta foi apresentada pelo relator, ministro Kassio Nunes Marques, durante a sessão virtual referente aos embargos de declaração, e contou com a adesão dos ministros Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin", lembra ela.

Segundo a advogada, o STF já sinalizou, em outros casos, a possibilidade de afastar a exigência de pagamento de honorários para a parte vencedora, que neste caso é o governo federal e seus procuradores e advogados.

A especialista diz, no entanto, que mesmo que se chegue ao trânsito em julgado da ADI, sem nenhuma possibilidade de recurso, o Supremo deverá ainda analisar recursos no Tema 1.102 e poderá seguir por dois caminhos.

Receba no seu email o que de mais importante acontece na economia; aberta para não assinantes.

Carregando...

O primeiro ponto seria entender que a revisão realmente não é possível e o segundo é julgar os recursos apresentados na própria ação de revisão da vida toda.

"Entre os pontos em debate, está o pedido para que os efeitos da decisão na ADI 2.111 não retroajam, a fim de preservar os direitos dos segurados que já haviam ajuizado ações judiciais", diz.

Com isso, quem já tem aposentadoria maior não devolveria valores pagos pelo **INSS** nem teria o benefício reduzido.

Para o advogado João Badari, do escritório Aith, Badari e Luchin, o STF já tem precedentes para a não devolução dos valores, o que preservaria a segurança jurídica no país. Ele diz que as expectativas para esse julgamento são as melhores.

A newsletter sobre o mundo jurídico exclusiva para assinantes da Folha

Carregando...

A revisão da vida toda é um processo judicial no qual o aposentado do **INSS** pede o recálculo do benefício para incluir na conta salários antigos, de antes de julho de 1994, pagos em outras moedas. O caso é discutido no Tema 1.102 , que está parado na corte, mas sua tese foi derrubada em 21 de março de 2024.

O que os ministros julgaram foram dois embargos de declaração -contestação de um julgamento- em duas ADIs de 1999, que contestavam a reforma da Previdência de Fernando Henrique Cardoso. Ao analisá-las, a corte decidiu, por 7 votos a 4, que a correção não é possível , contrariando posição de 2022, quando aprovou a revisão.

O direito à revisão da vida toda é discutido porque a reforma da Previdência de 1999, realizada no governo Fernando Henrique Cardoso, alterou o cálculo da média salarial dos segurados do **INSS**, garantindo aos novos contribuintes regras melhores do que para os que já estavam pagando o **INSS**.

Pela lei, quem era segurado do **INSS** filiado até 26 de novembro de 1999 tem a média salarial calculada com as 80% das maiores contribuições feitas a partir de julho de 1994.

Mas quem passou a contribuir com o **INSS** a partir de 27 de novembro de 1999 e atingiu as condições de se aposentar até 12 de novembro de 2019 tem a média calculada sobre os 80% maiores salários de toda sua vida laboral.

A reforma de 2019 mudou isso. Quem atinge as condições de se aposentar a partir do dia 13 de novembro de 2019 tem a média salarial calculada com todas as contribuições feitas a partir de julho de 1994.

A correção, no entanto, seria limitada. Em geral, compensando para quem tinha altos salários antes do início do Plano Real.

Site: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2025/04/stf-julga-recurso-na-revisao-da-vida-toda-do-inss-nesta-quinta-10-veja-o-que-pode-mudar.shtml>

13º antecipado pelo INSS: veja calendário com datas de pagamento

Colaboração para o UOL

Os beneficiários do **INSS** (Instituto Nacional do Seguro Social) receberão o 13º salário da **Previdência Social** no primeiro semestre de 2025, mantendo a antecipação realizada nos últimos anos. De acordo com o cronograma, a primeira parte do pagamento será realizada entre os dias 24 de abril e 8 de maio.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) assinou um decreto que antecipa a liberação do 13º salário para aposentados e pensionistas. Esta é a sexta vez consecutiva que o benefício é adiantado para os primeiros meses do ano.

A primeira parcela será liberada no período de 24 de abril a 8 de maio, enquanto a segunda será paga entre 26 de maio e 6 de junho.

Segurados que recebem até um salário mínimo terão prioridade nos pagamentos. Já os que ganham acima do piso nacional receberão o valor da primeira parcela entre os dias 2 e 8 de maio. O cronograma leva em conta o penúltimo número do cartão de benefício, desconsiderando o dígito verificador que aparece após o traço.

A expectativa é que a medida movimente cerca de R\$ 73,3 bilhões na economia nacional. O 13º será repassado a aproximadamente 34,2 milhões de segurados.

Datas para quem recebe até um salário mínimo

Datas para quem recebe até um salário mínimo

Outra alternativa é o telefone 135. Ao ligar, será necessário informar o CPF e confirmar alguns dados pessoais para garantir a segurança da consulta. O atendimento funciona de segunda a sábado, das 7h às 22h.

Atenção: Não há previsão para pagamento de um "14º salário" no fim de 2025. Boatos sobre o tema circulam nas redes sociais, mas são falsos.

Site:

<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2025/04/10/13-do-inss-sera-antecipado-veja-calendario-com-datas-de-pagamento.htm>

A Constituição de 1988 ainda dá conta do Brasil de hoje? (Artigo)

Orlando Morais Neto

Orlando Morais Neto, Sócio de Paurá Advocacia, especializado em Direito Eleitoral, Mestre e Doutorando em Direito pela UNICAP e pela Universidade de Pisa

Em 2025, a Constituição Federal do Brasil completará 37 anos. Promulgada em 1988, no rastro da redemocratização, ela representou um marco de ruptura com o autoritarismo e inaugurou um modelo de Estado fundado nos direitos fundamentais, na separação dos poderes e na dignidade da pessoa humana como valor supremo. Mas, passadas mais de três décadas - e mais de uma centena de emendas -, cresce o debate: será que a Constituição de 1988 ainda dá conta do Brasil de hoje?

Para alguns críticos, a chamada "Constituição Cidadã" se tornou um texto extenso, engessado e excessivamente protetivo. Acusa-se a Carta de conter "direitos demais" e soluções de menos, ampliando a distância entre promessas normativas e realidade social. De fato, direitos sociais como saúde, educação e moradia estão garantidos no papel - mas enfrentam sérias dificuldades de efetivação, sobretudo em regiões periféricas e nos municípios mais pobres. Isso levanta uma questão importante: a culpa é da Constituição ou da forma como o Estado administra (ou negligencia) os recursos públicos?

Por outro lado, a CF/88 tem se mostrado extraordinariamente resiliente. Sua estrutura rígida - que exige quóruns qualificados para emendas - tem funcionado como um anteparo contra retrocessos autoritários, ainda que não os impeça por completo. As chamadas cláusulas pétreas, como os direitos individuais, a separação dos poderes e o voto direto, funcionam como limites constitucionais intransponíveis, impedindo alterações que comprometam o núcleo essencial do pacto democrático.

No entanto, mesmo com esse núcleo protegido, a Constituição brasileira já sofreu mais de 130 emendas, algumas das quais alteraram significativamente o desenho institucional original. A proliferação de PEC"s, muitas vezes propostas por interesses circunstanciais do Executivo ou do Congresso, levanta preocupações sobre o que se tem chamado de "emendismo

constitucional" - uma espécie de banalização do poder de reforma. Quando tudo pode ser mudado por emenda, o próprio caráter de estabilidade da Constituição fica em xeque.

Há, ainda, um fenômeno mais sutil, mas igualmente relevante: as chamadas mutações constitucionais. São mudanças de sentido e alcance das normas constitucionais que não decorrem de reformas formais, mas da atuação dos tribunais - especialmente do Supremo Tribunal Federal. É assim que se interpretou o conceito de família para incluir uniões homoafetivas, que se reconheceu o direito à greve para **servidores públicos** mesmo antes de lei específica, e que se ampliou a noção de igualdade para enfrentar o racismo estrutural. Essas mutações revelam a vitalidade interpretativa da Constituição, mas também geram tensões entre o Judiciário e os demais poderes.

Apesar das críticas e dos desafios, é preciso reconhecer que a Constituição de 1988 tem resistido a fortes tempestades institucionais. Tem servido de escudo contra arroubos autoritários, de plataforma para a afirmação de novos direitos e de referência normativa para as lutas sociais e democráticas.

Mais do que perguntar se a Constituição ainda serve ao Brasil atual, talvez devêssemos perguntar se o Brasil tem feito o necessário para ser fiel à sua Lei Maior. Em um país ainda marcado por desigualdades profundas, discursos antidemocráticos e políticas públicas instáveis, o problema pode não estar na Carta Magna em si - mas na falta de compromisso real com os seus fundamentos.

Site:

<https://impresso.diariodepernambuco.com.br/noticia/cadernos/opiniao/2025/04/a-constituicao-de-1988-ainda-da-conta-do-brasil-de-hoje.html>

"O Brasil não pode recuar para o protecionismo", afirma Hugo Motta - CAPITAL S/A

SAMANTA SALLUM

Horas antes de Trump adiar por 90 dias a implementação do tarifaço, o presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), pregou, em evento com lideranças políticas, a não retaliação aos EUA. Alertou para os riscos do protecionismo diante do novo cenário internacional e afirmou que o Brasil deve apostar no livre mercado como motor do desenvolvimento. "O Brasil não pode recuar para o protecionismo. O caminho é o livre mercado, a redução da burocracia e a coragem de enfrentar os desafios com equilíbrio e responsabilidade." A fala foi feita em evento da Frente Parlamentar do Livre Mercado (FPLM), que inaugurou, ontem, oficialmente a Casa da Liberdade, em Brasília.

O espaço nasce com a missão de ser o centro dos debates sobre livre mercado, empreendedorismo e liberdades individuais no Congresso Nacional.

ENSINO Teatro contra o bullying A peça Hora da Saída aborda a prevenção à violência e ao preconceito no ambiente escolar. A obra, criada a partir de uma pesquisa com psicólogos, psiquiatras e educadores, estará em unidades da rede pública entre 24 de abril e 5 de maio. Em 10 dias, o Distrito Federal registrou dois casos de esfaqueamento em escolas públicas. Em Brazlândia, na terça-feira, um adolescente de 15 anos foi esfaqueado nas costas por um colega de 14, no Colégio Cívico-Militar CED 02 de Brazlândia. De acordo com a Delegacia da Criança e do Adolescente II (DCA II), o ato foi em legítima defesa, pois o jovem vinha sendo ameaçado e intimidado pelo colega. O estudante ferido foi socorrido e encaminhado ao hospital regional da cidade.

Em 31 de março, um adolescente de 16 anos foi esfaqueado por dois colegas no Centro de Ensino Médio 01 do Gama. Os autores foram apreendidos pela Polícia Militar e levados à DCA I.

A vítima foi atendida no Hospital Regional de Santa Maria.

Ambos os episódios alertam para situações de bullying e de violência nas instituições de ensino. Nesta

semana, em 7 de abril, foi celebrado o Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, que reforça a urgência de discutir práticas que, muitas vezes, passam despercebidas por educadores e famílias.

No Distrito Federal, um projeto pedagógico-cultural tem transformado essa reflexão em arte e acolhimento.

A peça Hora da Saída, que aborda a prevenção à violência e ao preconceito no ambiente escolar, será apresentada em instituições públicas de ensino de Santa Maria, Fercal, Guará e Plano Piloto entre 24 de abril e 5 de maio.

Criada a partir de uma pesquisa transdisciplinar com psicólogos, psiquiatras e educadores, a iniciativa une teatro e educação para dar nome às dores vividas em silêncio por muitos estudantes, e mostrar que é possível enfrentar o problema com escuta, sensibilidade e ação.

A idealizadora, diretora e dramaturga Luciana Mauren contou ao Correio que a proposta nasceu entre 2008 e 2009, com o objetivo de criar novas linguagens para alcançar adolescentes.

"Existe teatro infantil e teatro adulto. O jovem, que está em formação, fica esquecido. E é exatamente nessa fase que questões delicadas como o bullying emergem com força dentro das escolas", explicou. "Quando entendi o que era o bullying, eu percebi que precisava falar sobre isso. Vi acontecer dentro de sala de aula e entendi que tinha nome. Isso me deu um norte. Se tornou uma missão", completou Luciana.

Ideia é retratar as dores de estudantes e mostrar que é possível enfrentar o problema com sensibilidade. Carlos Vieira/CB/DAPress GIOVANNA SFALSIN* Combate à evasão escolar Renato Alves/Agência Brasília Para combater a evasão escolar entre os jovens, o Governo do Distrito Federal lançou ontem o programa Incentiva DF. A iniciativa, gerida pela Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), pretende incentivar o desenvolvimento da autonomia social dos participantes, estimular projetos de vida e

fortalecer a convivência familiar e comunitária."É uma pauta muito importante para todos nós, porque somente por meio do incentivo à juventude e dos estudos é que a gente consegue dar realmente uma transformação tanto para os jovens quanto para suas famílias", destacou o governador Ibaneis Rocha. "Um dos maiores problemas que nós vivemos na educação hoje é a questão da evasão escolar, e isso tem que ser combatido exatamente com o incentivo - é o que busca esse programa", completou.

A primeira-dama Mayara Noronha Rocha destacou a importância de investir nesse público. "O Incentiva DF nasce para investir nos sonhos da juventude, porque tudo acontece na adolescência. É ali que estão a energia, a força de vontade e o que move a nossa vida: os sonhos", afirmou. Na primeira fase, serão atendidos 650 alunos entre 15 e 18 anos incompletos, inscritos no Cadastro Único, que receberão R\$ 200 mensais por 12 meses. O GDF quer ampliar para duas mil pessoas o público-alvo e para 24 meses a duração do auxílio.

Bate-papo Após a peça, um bate-papo conduzido por psicólogos aprofunda o debate com os alunos. São explicadas as diferenças entre bullying físico, verbal, direto, indireto, masculino, feminino - e também o cyberbullying, cada vez mais comum com o uso das redes sociais.

"Antes, quando o estudante sofria bullying, ele encontrava alívio ao chegar em casa. Hoje, as agressões continuam nos celulares, nos grupos de mensagens, nos comentários. Não existem mais paredes seguras", alertou o psicólogo Rodrigo Macedo, especialista em saúde mental infantojuvenil, que acompanha o projeto de perto.

É nesse momento de escuta que surgem desabafos inéditos.

"Eles se identificam com os personagens, com as situações. O teatro abre espaço para a emoção, para o reconhecimento. Eles passam a se ver e se sentir acolhidos, e até mesmo para prestar depoimentos sobre vivências próprias", acrescentou Luciana.

*Estagiária sob a supervisão de Malcia Afonso
Avançar na **reforma tributária**.

Motta também pontuou que o país deve continuar sua trajetória como grande exportador, gerador de empregos e renda. "Temos que fazer o dever de casa, diminuir a burocracia, avançar na **reforma tributária** e fortalecer o papel do Congresso como espaço legítimo de solução", disse.

Presença de governadores e representantes do setor

produtivo

Na ocasião, foram empossados os novos presidentes da FPLM para o biênio 2025- 2026, deputada federal Caroline de Toni (PL-SC) e o senador Carlos Portinho (PL-RJ). A cerimônia reuniu lideranças políticas e representantes do setor produtivo e da sociedade civil, além dos governadores Ronaldo Caiado (GO), Romeu Zema (MG) e Jorginho Mello (SC).

Representaram o DF a deputada Bia Kicis e o senador Izalci Lucas (PL-DF). Também esteve presente o diretor do Instituto Livre Mercado, Rodrigo Marinho.

Tamanho do Estado.

"Nossa meta é clara: limitar o tamanho do Estado, reduzir os entraves e dar espaço para que o povo brasileiro possa empreender, inovar e prosperar com liberdade", ressaltou a deputada de Toni. "Nós vamos defender a liberdade de expressão, a liberdade de mercado e o direito de viver de todos", completou o senador Portinho.

Efeito bumerangue atinge as 7 magníficas O efeito bumerangue do anúncio do tarifaço de Trump afetou duramente as chamadas "7 magníficas", denominação atribuída a Apple, Google, Nvidia, Meta, Amazon, Microsoft e Tesla - as principais empresas de tecnologia dos Estados Unidos tiveram perdas de US\$ 1,64 trilhão. Executivos de cinco delas estiveram na posse de Trump, em 20 de janeiro: Elon Musk (Tesla), Jeff Bezos (Amazon), Sundar Pichai (Google), Mark Zuckerberg (Meta) e Tim Cook (Apple). A Apple registrou a maior perda, com quase US\$ 500 bilhões. Isso se dá principalmente por conta da dependência da big tech em relação ao mercado externo, já que a grande maioria das peças e componentes são produzidos em países da Ásia.

Ciclo de endividamento "Muitos empresários evitam os reajustes para não afastar os clientes, o que acaba os mantendo no ciclo do endividamento. Essa pressão sobre a lucratividade torna os períodos de alta demanda, como os feriados prolongados, fundamentais para que os negócios consigam operar acima da média e busquem se recuperar", explicou à coluna o presidente da Abrasel-DF, Beto Pinheiro.

Bares e Restaurantes: alívio financeiro no "feriadão" de abril A Páscoa de 2025 pode representar um alívio financeiro para muitos bares e restaurantes que ainda operam sem lucro. De acordo com a pesquisa realizada pela Abrasel em março, 74% dos empresários do Distrito Federal esperam aumentar o faturamento durante o feriado prolongado de abril, em comparação com a Semana Santa do ano passado.

Oscilações de desempenho A pesquisa também revelou oscilações no desempenho financeiro das empresas. Em fevereiro, 39% dos negócios operaram com lucro, enquanto outros 26% fecharam o mês no prejuízo, uma queda de 8% em reação ao mês anterior.

Inflação ainda preocupa empresários Com o aumento nos custos operacionais, muitos empresários seguem enfrentando dificuldades para reajustar os preços dos cardápios. Segundo o levantamento, 25% dos estabelecimentos não conseguiram realizar qualquer reajuste. Outros 61% conseguiram reajustar os valores conforme ou abaixo da **inflação** e apenas 14% aumentaram acima desse índice.

Site:

<https://edicao.correio braziliense.com.br/correio braziliense/2025/04/10/all.pdf>

Projeto estabelece punições para devedores contumazes - DATA VENIA

ANA MARIA CAMPOS

Estimativa aponta que cerca de 1,2 mil empresas que criam CNPJ apenas para sonegar **impostos** geram um rombo de quase R\$ 240 bilhões nos cofres públicos. Os dados foram apresentados pelo senador Efraim Filho (União-PB), durante discussão sobre projeto que define normas para identificar e punir os chamados devedores contumazes - empresas que deixam de pagar **impostos** de forma reiterada e sem justificativa, aprovado nesta quarta-feira (9), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

Rosinei Coutinho/SCO/STF Edilson Rodrigues/Agência Senado Felipe Sampaio/STF Divulgação Felipe Sampaio/STF Inadimplentes reiterados.

De relatoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDBPB), o texto aprovado pela CCJ do Senado estabelece critérios para definição do devedor contumaz. Serão considerados inadimplentes reiterados aqueles que não recolherem **tributos** por pelo menos quatro períodos consecutivos ou seis alternados dentro de um ano. Já a inadimplência substancial será caracterizada quando a dívida ultrapassar R\$ 15 milhões ou representar mais de 30% do faturamento anual da empresa, desde que o valor seja igual ou superior a R\$ 1 milhão. Além disso, a inadimplência deverá ser injustificada e caberá ao devedor comprovar os motivos do não pagamento.

Penalidades.

Pelo projeto, o objetivo é atingir grandes empresas e não pequenos negócios que deixam de recolher **impostos** em decorrência de dificuldades financeiras reais.

Empresas enquadradas como devedoras contumazes poderão sofrer penalidades, como a suspensão de benefícios fiscais, impedimento de firmar convênios com o governo e, até, liquidação extrajudicial ou pedido de falência.

Reforma Tributária e infraestrutura.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada Infraestrutura (Sinicon), em parceria com o escritório Menndel Melo Advocacia, promove o evento

"Diálogos Estruturantes: **Reforma Tributária** no Setor de Infraestrutura", que reunirá lideranças do setor público e privado para debater os impactos da **Reforma Tributária** sobre a infraestrutura nacional.

A abertura será conduzida pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Entre os nomes confirmados estão o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernardo Appy, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode-PR), o deputado federal Arthur Lira (PO-AL) e representantes da OEC (Construtora Odebrecht Engenharia e Construção), da Somah Investimentos, da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) e da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). O objetivo é fomentar o diálogo entre os setores público e privado, identificar gargalos e apresentar propostas que fortaleçam a competitividade da infraestrutura brasileira diante do novo cenário tributário. O evento será realizado na próxima quarta-feira (16) no B Hotel, em Brasília, das 8h às 13h.

Ex-presidente da OAB-SP assume cadeira no CNMP.

A advogada Maria Patricia Vanzolini Figueiredo, ex-presidente da OAB-SP, é a mais nova representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ela foi recebida com prestígio pelo presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Paulo Gonet: "Sinta-se muito bem-vinda aqui e saiba que a senhora está numa casa de amigos. Nós aqui fazemos tudo para que nossas funções sejam desenvolvidas com tranquilidade, segurança e transparência", declarou Gonet.

Gonet: "MP precisa estar presente".

O trabalho on-line adotado por promotores de Justiça têm sido considerado irregular pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O órgão instaurou nesta semana processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar atuação de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas por suposta ausência de residência na comarca. Na sessão, o corregedor nacional do MP, Ângelo Fabiano Farias da Costa, lembrou que outros PADs foram instaurados recentemente em razão de não residência na comarca ou não comparecimento presencial regular nas unidades no MP. O procurador-geral da República e presidente do CNMP,

Paulo Gonet, destacou: "O Ministério Público precisa ser visível e estar presente para a comunidade. Quando isso não acontece, é o prestígio da instituição que fica arranhado. A população precisa do MP, que é um ente fundamental para o funcionamento da democracia".

Projeto autoriza porte de armas para advogados.

Advogados passarão a ter direito a porte de arma de fogo.

É o que prevê a projeto de lei, de autoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado. "A previsão de pôr de arma de fogo aos advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário, e do Ministério Público", registrou Flavio Bolsonaro. Uma emenda do senador Sergio Moro (União- PR) estabelece que o exercício regular da advocacia, comprovado pela OAB, garante a necessidade do porte. O projeto segue agora para deliberação na CCJ do Senado.

Mistério.

O curioso caso do juiz de São Paulo, denunciado pela prática dos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso, ao se fazer passar por um lorde inglês de nome Edward Albert Lancelot Dodd Canterbury Caterham Wickfield por mais de 30 anos, deixa muitos questionamentos no ar. Como um brasileiro conseguiu se formar na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, ingressou na magistratura no Tribunal de Justiça de São Paulo e atuou como juiz durante 23 anos com uma personalidade fake?

"Ao Estado não compete privilegiar, interferir ou curvar-se aos dogmas de nenhuma denominação, mas, antes, franquear a todas, indistintamente, livre atuação. A colaboração entre Estado e Igreja é, inclusive, desejável, desde que em favor do interesse público." Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/10/all.pdf>

Projeto estabelece punições para devedores contumazes (Data Venia)

Ana Maria Campos +

Estimativa aponta que cerca de 1,2 mil empresas que criam CNPJ apenas para sonegar **impostos** geram um rombo de quase R\$ 240 bilhões nos cofres públicos. Os dados foram apresentados pelo senador Efraim Filho (União-PB), durante discussão sobre projeto que define normas para identificar e punir os chamados devedores contumazes - empresas que deixam de pagar **impostos** de forma reiterada e sem justificativa, aprovado nesta quarta-feira (9), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

De relatoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), o texto aprovado pela CCJ do Senado estabelece critérios para definição do devedor contumaz. Serão considerados inadimplentes reiterados aqueles que não recolherem **tributos** por pelo menos quatro períodos consecutivos ou seis alternados dentro de um ano.

Já a inadimplência substancial será caracterizada quando a dívida ultrapassar R\$ 15 milhões ou representar mais de 30% do faturamento anual da empresa, desde que o valor seja igual ou superior a R\$ 1 milhão. Além disso, a inadimplência deverá ser injustificada e caberá ao devedor comprovar os motivos do não pagamento.

Pelo projeto, o objetivo é atingir grandes empresas e não pequenos negócios que deixam de recolher **impostos** em decorrência de dificuldades financeiras reais. Empresas enquadradas como devedoras contumazes poderão sofrer penalidades, como a suspensão de benefícios fiscais, impedimento de firmar convênios com o governo e, até, liquidação extrajudicial ou pedido de falência.

O trabalho on-line adotado por promotores de Justiça têm sido considerado irregular pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O órgão instaurou nesta semana processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar atuação de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas por suposta ausência de residência na comarca. Na sessão, o corregedor nacional do MP, Ângelo Fabiano Farias da Costa, lembrou que outros PADs foram instaurados recentemente em razão de não residência na comarca ou não comparecimento presencial regular nas unidades no MP. O procurador-geral da República e presidente do CNMP, Paulo

Gonet, destacou: O Ministério Público precisa ser visível e estar presente para a comunidade. Quando isso não acontece, é o prestígio da instituição que fica arranhado. A população precisa do MP, que é um ente fundamental para o funcionamento da democracia .

Advogados passarão a ter direito a porte de arma de fogo. É o que prevê a projeto de lei, de autoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado. A previsão de pôr de arma de fogo aos advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário, e do Ministério Público , registrou Flavio Bolsonaro. Uma emenda do senador Sergio Moro (União-PR) estabelece que o exercício regular da advocacia, comprovado pela OAB, garante a necessidade do porte. O projeto segue agora para deliberação na CCJ do Senado.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada Infraestrutura (Sinicon), em parceria com o escritório Menndel & Melo Advocacia, promove o evento Diálogos Estruturantes: **Reforma Tributária** no Setor de Infraestrutura , que reunirá lideranças do setor público e privado para debater os impactos da **Reforma Tributária** sobre a infraestrutura nacional. A abertura será conduzida pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Entre os nomes confirmados estão o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernardo Appy, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode-PR), o deputado federal Arthur Lira (PO-AL) e representantes da OEC (Construtora Odebrecht Engenharia e Construção), da Somah Investimentos, da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) e da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). O objetivo é fomentar o diálogo entre os setores público e privado, identificar gargalos e apresentar propostas que fortaleçam a competitividade da infraestrutura brasileira diante do novo cenário tributário. O evento será realizado na próxima quarta-feira (16) no B Hotel, em Brasília, das 8h às 13h.

A advogada Maria Patricia Vanzolini Figueiredo, ex-presidente da OAB-SP, é a mais nova representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ela foi recebida com prestígio pelo presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Paulo Gonet: Sinta-se

muito bem-vinda aqui e saiba que a senhora está numa casa de amigos. Nós aqui fazemos tudo para que nossas funções sejam desenvolvidas com tranquilidade, segurança e transparência, declarou Gonet.

O curioso caso do juiz de São Paulo, denunciado pela prática dos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso, ao se fazer passar por um lorde inglês de nome Edward Albert Lancelot Dodd Canterbury Caterham Wickfield por mais de 30 anos, deixa muitos questionamentos no ar. Como um brasileiro conseguiu se formar na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, ingressou na magistratura no Tribunal de Justiça de São Paulo e atuou como juiz durante 23 anos com uma personalidade fake?

Ao Estado não compete privilegiar, interferir ou curvar-se aos dogmas de nenhuma denominação, mas, antes, franquear a todas, indistintamente, livre atuação. A colaboração entre Estado e Igreja é, inclusive, desejável, desde que em favor do interesse público. - Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Estimativa aponta que cerca de 1,2 mil empresas que criam CNPJ apenas para sonegar **impostos** geram um rombo de quase R\$ 240 bilhões nos cofres públicos. Os dados foram apresentados pelo senador Efraim Filho (União-PB), durante discussão sobre projeto que define normas para identificar e punir os chamados devedores contumazes - empresas que deixam de pagar **impostos** de forma reiterada e sem justificativa, aprovado nesta quarta-feira (9), pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado.

De relatoria do senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB), o texto aprovado pela CCJ do Senado estabelece critérios para definição do devedor contumaz. Serão considerados inadimplentes reiterados aqueles que não recolherem **tributos** por pelo menos quatro períodos consecutivos ou seis alternados dentro de um ano.

Já a inadimplência substancial será caracterizada quando a dívida ultrapassar R\$ 15 milhões ou representar mais de 30% do faturamento anual da empresa, desde que o valor seja igual ou superior a R\$ 1 milhão. Além disso, a inadimplência deverá ser injustificada e caberá ao devedor comprovar os motivos do não pagamento.

Pelo projeto, o objetivo é atingir grandes empresas e não pequenos negócios que deixam de recolher

impostos em decorrência de dificuldades financeiras reais. Empresas enquadradas como devedoras contumazes poderão sofrer penalidades, como a suspensão de benefícios fiscais, impedimento de firmar convênios com o governo e, até, liquidação extrajudicial ou pedido de falência.

O trabalho on-line adotado por promotores de Justiça têm sido considerado irregular pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). O órgão instaurou nesta semana processo administrativo disciplinar (PAD) para apurar atuação de membro do Ministério Público do Estado de Alagoas por suposta ausência de residência na comarca. Na sessão, o corregedor nacional do MP, Ângelo Fabiano Farias da Costa, lembrou que outros PADs foram instaurados recentemente em razão de não residência na comarca ou não comparecimento presencial regular nas unidades no MP. O procurador-geral da República e presidente do CNMP, Paulo Gonet, destacou: O Ministério Público precisa ser visível e estar presente para a comunidade. Quando isso não acontece, é o prestígio da instituição que fica arranhado. A população precisa do MP, que é um ente fundamental para o funcionamento da democracia.

Advogados passarão a ter direito a porte de arma de fogo. É o que prevê o projeto de lei, de autoria do senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), aprovado pela Comissão de Segurança Pública do Senado. A previsão de porte de arma de fogo aos advogados, além de assegurar um eficiente meio para a proteção pessoal desses profissionais, equipara-os aos membros do Judiciário, e do Ministério Público, registrou Flávio Bolsonaro. Uma emenda do senador Sérgio Moro (União-PR) estabelece que o exercício regular da advocacia, comprovado pela OAB, garante a necessidade do porte. O projeto segue agora para deliberação na CCJ do Senado.

O Sindicato Nacional da Indústria da Construção Pesada Infraestrutura (Sinicon), em parceria com o escritório Menndel & Melo Advocacia, promove o evento Diálogos Estruturantes: **Reforma Tributária** no Setor de Infraestrutura, que reunirá lideranças do setor público e privado para debater os impactos da **Reforma Tributária** sobre a infraestrutura nacional. A abertura será conduzida pelo ministro do STF Gilmar Mendes. Entre os nomes confirmados estão o secretário extraordinário da **Reforma Tributária**, Bernardo Appy, o deputado federal Luiz Carlos Hauly (Pode-PR), o deputado federal Arthur Lira (PO-AL) e representantes da OEC (Construtora Odebrecht Engenharia e Construção), da Somah Investimentos, da ABCR (Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias) e da ABDIB (Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base). O objetivo é fomentar o diálogo entre os setores público e privado, identificar gargalos e apresentar propostas que

fortaleçam a competitividade da infraestrutura brasileira diante do novo cenário tributário. O evento será realizado na próxima quarta-feira (16) no B Hotel, em Brasília, das 8h às 13h.

A advogada Maria Patricia Vanzolini Figueiredo, ex-presidente da OAB-SP, é a mais nova representante da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Ela foi recebida com prestígio pelo presidente do CNMP, o procurador-geral da República, Paulo Gonet: Sinta-se muito bem-vinda aqui e saiba que a senhora está numa casa de amigos. Nós aqui fazemos tudo para que nossas funções sejam desenvolvidas com tranquilidade, segurança e transparência, declarou Gonet.

O curioso caso do juiz de São Paulo, denunciado pela prática dos crimes de falsidade ideológica e uso de documento falso, ao se fazer passar por um lorde inglês de nome Edward Albert Lancelot Dodd Canterbury Caterham Wickfield por mais de 30 anos, deixa muitos questionamentos no ar. Como um brasileiro conseguiu se formar na tradicional Faculdade do Largo de São Francisco, ingressou na magistratura no Tribunal de Justiça de São Paulo e atuou como juiz durante 23 anos com uma personalidade fake?

Ao Estado não compete privilegiar, interferir ou curvar-se aos dogmas de nenhuma denominação, mas, antes, franquear a todas, indistintamente, livre atuação. A colaboração entre Estado e Igreja é, inclusive, desejável, desde que em favor do interesse público. - Ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF)

Siga o canal do Correio no WhatsApp e receba as principais notícias do dia no seu celular

Site: <https://www.correiobraziliense.com.br/direito-e-justica/2025/04/7106220-projeto-estabelece-punicoes-para-devedores-contumazes.html>

"Brasil é o país mais aberto"

» **FERNANDA GHAZALI***

CB.Poder | IGOR CALVET | PRESIDENTE ELEITO DA ANFAVEA

Mesmo com o crescimento de 7,2% nas vendas de veículos no primeiro trimestre de 2025 e da produção nacional em ritmo de retomada, o setor automotivo brasileiro vê com preocupação os efeitos indiretos do tarifaço promovido pelo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. No CB.Poder - parceria entre o Correio e a TV Brasília - o empresário Igor Calvet, que no dia 15 de abril assumirá a presidência da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), alerta para o risco de aumento nas importações e perda de competitividade da indústria nacional. Confira a entrevista às jornalistas Denise Rothenburg e Rosana Hessel: Como está o setor?

O setor automotivo no Brasil já teve dias melhores. Nós estamos atingindo, em número de emplacamentos, o nível que tínhamos em 2019, portanto, o pré-pandemia. Grande parte dessa retomada é recorrente das importações.

No último trimestre, se comparar com o trimestre de 2024, as importações cresceram 25%. Em volume, são mais de 130 mil veículos, grande parte de origem da Argentina e China. O setor no Brasil entende que essas importações como complementação de uma linha é "ok", mas quando temos importações desenfreadas que não competem de igual para igual com o produto que é produzido no Brasil, aí temos um problema.

Dentro dessa competição, quais são as diferenças entre os produtos? Nós temos um custo de produção muito alto: custo de capital, logístico e trabalhista, que outros países não têm. Quando colocado na balança, perdemos competitividade quando comparado a outros países. E, nesse momento, no mundo, nós estamos vendo novas entradas nesse mercado, sobretudo de empresas asiáticas. Uma das maneiras de fazer essa compensação competitiva é através dos **impostos** de importação. Para se ter uma ideia, os **EUA**, mesmo antes dessas questões tarifárias, já estavam, há pelo menos dois anos, com uma tarifa acima de 100%.

O Canadá com 106%, a Índia com 75% para novos veículos, sobretudo os eletrificados, e a União Europeia, após uma investigação de subsídios, está aplicando uma tarifa de até 48%. O Brasil, com esse

custo elevado de produção, está aplicando uma tarifa de importação de 18%. O que significa dizer que, além do nosso custo mais alto, nós somos hoje o país mais aberto do mundo para automóveis.

No Brasil, que é um país continental, há mercado para os veículos eletrificados?

Nós temos uma questão da eletrificação que diz respeito à infraestrutura. O Brasil é um país de renda média - e alguns dizem renda média baixa -, o que limita a adoção dessas novas tecnologias, que têm custos e preços maiores no mercado brasileiro. Então, o que tenho dito é que o avanço da eletrificação no Brasil vai se dar em um compasso mais lento do que em países de renda mais alta. Nós estimamos que, nos próximos 15 anos, para que se tenha uma robustez de veículos eletrificados no país, precisaremos da instalação de mais de 700 mil pontos de recarga. Atualmente, esse número não chega a 10 mil. Além disso, nós também temos uma desigualdade regional: em um estado mais rico, terão mais opções de abastecimento; enquanto em estados mais pobres, não.

Como a guerra tarifária iniciada por Trump influenciará no mercado automobilístico brasileiro?

De imediato, nós não temos efeitos no mercado automotivo brasileiro porque nós não exportamos veículos leves para os EUA. Nós temos uma exportação de máquinas rodoviárias que, inicialmente, será impactada, mas ainda não temos o impacto correto, porque fomos taxados em 10%, mas outros países, também produtores de máquinas, receberam taxas maiores. Então, ainda temos que fazer uma avaliação. O impacto para o setor diz respeito ao México, porque temos um acordo de livre comércio que se baseia em valores de conteúdo nacional para que esse livre comércio possa acontecer. O México é um dos países mais afetados pelas medidas de Trump, e grande parte das exportações mexicanas vão para os EUA. Com a dificuldade de entrada de veículos mexicanos nos EUA, haverá uma capacidade ociosa no país. O efeito mais imediato é o de uma maior competição de veículos mexicanos no mercado brasileiro.

Nesse ponto, a China não poderia ter um excesso de produção que inundaria o mercado global e afetaria o mercado do Brasil?

A China já está fazendo isso, mas não por conta dos

EUA. A penetração dos chineses no mercado americano já era muito pequena desde a administração anterior, que já tinha colocado tarifas bastante altas. A China já tem uma capacidade ociosa muito grande, com uma capacidade instalada de fabricação de 50 milhões de veículos - o mercado mundial anual é de 80 milhões.

No ano passado, os chineses produziram em torno de 30 milhões de veículos. O mercado chinês é o dobro do mercado americano, enquanto o brasileiro produziu 2.600 milhões em 2024. Nós somos muito menores, mas, ainda assim, um dos mercados mais abertos às importações.

*Estagiária sob a supervisão de Edla Lula

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/10/all.pdf>

Tarifaço entre EUA e China inicia a guerra comercial do século - NAS ENTRELINHAS

POR LUIZ CARLOS AZEDO

O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, escalou ainda mais a disputa comercial com a China e recuou em relação aos demais países, numa manobra com objetivo de isolar o presidente chinês, Xi Jinping, e forçar o gigante asiático a aceitar as exigências protecionistas norte-americanas.

A China resolveu adotar uma política de reciprocidade e taxou em 84% os produtos norte-americanos; em resposta, Trump resolveu pausar seu tarifaço por 90 dias, cobrando apenas 10% de **impostos** sobre os produtos de todos os países, menos da China, que aumentou para 125%, devido às retaliações anunciadas por Pequim.

Os EUA haviam imposto uma taxa de 104% aos produtos chineses, que entraria em vigor nesta quarta. Em resposta, o Ministério das Finanças da China anunciou que subiria tarifas para 84% sobre os produtos americanos. "Com base na falta de respeito que a China demonstrou aos mercados mundiais, estou, por meio deste, aumentando a tarifa cobrada da China pelos Estados Unidos da América para 125%, com efeito imediato", escreveu Trump na Truth Social, sua própria rede.

Desde o início do tarifaço, anunciado no último dia 2, a economia mundial está sob forte impacto de suas decisões.

"A China perceberá que os dias de exploração dos EUA e de outros países não são mais sustentáveis ou aceitáveis", escreveu. A guerra comercial entre os Estados Unidos e a China estava escrita nas estrelas, ou melhor, prevista no livro Sobre a China (Objetiva), de 2011, no qual Henry Kissinger analisa a história, a diplomacia e a estratégia chinesas na cena mundial.

Artífice da reaproximação entre os Estados Unidos e o "Império do Meio", durante o governo de Richard Nixon, Kissinger realizou mais de 50 visitas a Pequim e a diversas províncias chinesas, encontrando-se com as principais lideranças que antecederam Xi Jinping, o atual presidente chinês: Mao Zedong, Zhou Enlai e Deng Xiaoping.

A aproximação entre os dois países foi uma cartada estratégica de Nixon para manter a hegemonia norte-

americana, ao enfraquecer a antiga União Soviética e conter, também, a ascensão econômica do Japão, que havia se tornado a segunda economia do mundo. Ao romper com o padrão-ouro do Acordo de Bretton Woods, de 1944, Nixon virou a mesa: suspendeu a conversibilidade do dólar em ouro e regulou preços e salários nos EUA.

O câmbio passou a variar com base em oferta e demanda, o que trouxe mais volatilidade ao comércio internacional.

A confiança no sistema monetário passou a depender da credibilidade dos governos. Alemanha, França e Inglaterra, que eram as demais potências econômicas mundiais, também arcaram com as consequências. A crise do sistema coincidiu com choques do petróleo (1973 e 1979), que geraram "estagflação": alta **inflação** com baixo crescimento.

Montanha-russa Entretanto, Kissinger previu que a China e os Estados Unidos - uma potência continental e uma potência marítima - travariam uma longa disputa pelo controle do comércio mundial, cujo eixo se deslocara do Atlântico pelo Pacífico. Ele mostrou que essa disputa reproduziria o embate entre a Inglaterra, uma potência marítima, e a Alemanha, uma potência continental, pelo controle do comércio no Atlântico, o que provocou duas guerras mundiais no século passado. Quais serão a forma e o desfecho desse embate entre os Estados Unidos e a China? É a isso que vamos assistir daqui para a frente.

O primeiro sinal dessa resposta protecionista dos EUA ocorreu em fevereiro de 2012, com um anúncio da Chrysler, no intervalo da Superbowl, a final do campeonato de futebol americano: "As pessoas estão sem emprego e sofrendo. Detroit mostra-nos que dá para sair dessa. Este país não pode ser derrubado com um soco". Começava ali a perspectiva dos norte-americanos em relação à China que agora estamos assistindo.

A Chrysler traduzia o sentimento de milhões de norte-americanos que responsabilizavam a China pela perda de seus empregos. A empresa evocava o patriotismo ao dizer que comprar seus carros salvaria os americanos. Colou a tal ponto que a tese embalou a eleição de Donald Trump em 2016 e sua volta ao poder, neste ano.

A discussão sobre o deficit comercial entre os dois países é ainda mais antiga: em 2005, Ben Bernanke, então presidente do Federal Reserve (Fed), o banco central dos Estados Unidos, dizia que o deficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos havia subido bruscamente no final dos anos 1990, atingindo US\$ 640 bilhões, ou seja, 5,5% do **PIB** em 2004. A poupança interna também havia caído 16,5% do **PIB** desde 1996.

O deficit só poderia ter sido financiado por investimentos estrangeiros. Para Bernanke, havia uma "fartura de poupança mundial", e os chineses, com um tremendo superavit comercial com os Estados Unidos, não estavam investindo nem comprando produtos norte-americanos, estavam aplicando os ganhos em poupança e reservas de moedas.

Ao subiu o tom e taxar a China em 125%, mas paralisando as taxações acima de 10% sobre todos os demais países por 90 dias, Trump revirou novamente o tabuleiro. A impressionante recuperação do mercado de ações, após a surpreendente reversão de tarifas, já entrou para a história. O S P 500 disparou 9,52% em uma reação impulsiva ao anúncio de Trump de suspender por 90 dias algumas das tarifas "recíprocas".

O ganho em um dia é o terceiro maior desde a Segunda Guerra Mundial para o principal índice do mercado de ações, de acordo com a FactSet. Já o Dow Jones Industrial Average avançou 2.962,86 pontos, ou 7,87%, registrando seu maior avanço desde março de 2020. Isso levou o dólar a perder força em relação ao real e as bolsas de valores ainda abertas ao redor do mundo a subirem com força, com o Ibovespa em alta de mais de 3%. É uma montanha - russa, sem trocadilho, cuja estrutura ninguém sabe se aguenta o tranco.

Site:

<https://edicao.correiobraziliense.com.br/correiobraziliense/2025/04/10/all.pdf>

Nº de alunos no ensino médio técnico cresce apenas metade do previsto

PAULA FERREIRA BRASÍLIA

Uma década após a implementação do Plano Nacional de Educação (PNE), o número de matrículas do ensino médio técnico atingiu apenas metade (49,6%) do que a meta previa para o meio desta década. Em 2014, o Brasil aprovou o PNE que estipulava que a educação profissional e tecnológica no nível médio deveria triplicar até o ano passado, chegando a 4.808.838 de matrículas.

O PNE tomou como base 1,6 milhão de matrículas, número registrado na época de sua aprovação. Apesar da expansão do ensino técnico ao longo dos anos, a meta não foi batida e o País registrou em 2024 apenas 2.389.454 matrículas de nível médio no ensino técnico, o que representa 49,6% da meta fixada.

Os dados são do Censo Escolar 2024, que traz informações anuais sobre a educação básica no País. O estudo é feito pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). A educação profissional e tecnológica é um dos principais investimentos de países ricos em seus sistemas de ensino. Na visão de pesquisadores, a modalidade pode abrir portas de trabalho, além de ampliar a remuneração e até contribuir para o aumento do **PIB** do País.

Segundo o ministro da Educação, Camilo Santana, o objetivo é aproximar o Brasil dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Ele citou o programa Juros por Educação, que prevê a renegociação das dívidas públicas dos Estados e redução da taxa de juros, caso o valor economizado seja investido na expansão de matrículas em educação profissional.

"A gente precisa ter estímulos para que os Estados possam ampliar suas matrículas." A lei que cria o programa, segundo o ministro, será sancionada na segunda-feira. Camilo afirmou que reconhece que o Brasil precisa avançar no tema.

"A gente acredita que, com esse programa, possa no horizonte de cinco anos dar um salto significativo e até ultrapassar as metas do PNE." REFORMA. A reforma do ensino médio, revista no ano passado, tem como um dos objetivos ampliar o número de matrículas no

ensino técnico. O formato possibilita que os estudantes escolham um itinerário para aprofundar a formação, e um dos cinco disponíveis é justamente a educação profissional.

A mudança no formato dessa etapa de ensino foi apresentada como uma estratégia para deixar o currículo menos engessado e mais conectado às demandas do mercado de trabalho. A implementação da reforma na prática, porém, foi alvo de queixas.

Uma delas era o número alto de possíveis itinerários formativos, o que dificultava a adoção do modelo na prática, sobretudo nas escolas públicas.

Também havia críticas em relação à baixa carga horária de algumas disciplinas. Diante disso, o MEC decidiu fazer ajustes no formato.

Apesar do objetivo inicial de fortalecer os cursos técnicos e profissionalizantes, o número de matrículas da educação profissional corresponde a cerca de apenas 13,1% do total de matrículas no ensino médio. O cálculo considera as modalidades "curso técnico integrado ao ensino médio" e "ensino médio normal/magistério", indicados por técnicos do Inep como viés mais preciso. Em países como a Finlândia, referência em educação, o percentual chega a 68%. Na Alemanha, conhecida por ter uma rede de educação profissional robusta, o índice é de 49%.

RITMO. O Censo traz ainda o número total de matrículas na Educação Profissional (que inclui também o ensino fundamental) mostrando que, embora o Brasil continue ampliando esse universo, o ritmo em comparação com o ano passado diminuiu.

Em 2023, segundo o Censo, foram 2,4 milhões de matrículas na modalidade, número 12,1% maior do que o registrado em 2022. Já neste ano, a quantidade chegou a 2,5 milhões, com um aumento de apenas 6,7%.

O ministro da Educação, Camilo Santana, já deu diversas declarações públicas defendendo o fortalecimento dessa modalidade. Nesse contexto, o MEC anunciou a criação de 100 novos Institutos Federais, com investimento de R\$ 3,9 bilhões por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). No mês passado, a pasta lançou o programa Partiu IF,

cujo foco é fornecer aulas para recuperar a aprendizagem de estudantes do 9.º ano e auxiliar sua entrada na educação profissional.

BALANÇO. O ensino médio retomou expansão em 2024 após registrar queda no número de matrículas em 2023. Os dados do Censo mostram que foram 113.653 matrículas a mais na etapa no ano passado em comparação com a edição anterior do levantamento. No total, há 7,7 milhões de matrículas no médio. Na época, o MEC explicou que a queda apresentada em 2023 foi decorrente da retomada do formato tradicional das atividades após o período da pandemia.

Durante a emergência em saúde, as redes deixaram de reprovar os estudantes. Após o fim do chamado "continuum curricular", quando o período de dois anos foi considerado um ciclo único, as escolas voltaram ao molde tradicional.

O ministro afirmou que o aumento das matrículas é "uma notícia muito positiva". Segundo ele, o governo ainda vai avaliar com detalhes os possíveis impactos do programa Pé-de-Meia, mas ponderou que a análise só será possível de fato em 2026. "Vamos com as matrículas de 2025 ter uma noção do efeito", disse Camilo. Em 2024, o governo implementou o programa Pé-de-meia para tentar reduzir a evasão na etapa.

A iniciativa prevê o pagamento de uma bolsa de R\$ 200 por mês para estudantes de ensino médio, e uma poupança adicional de R\$1 mil ao fim de cada ano da etapa. O programa está entre as principais políticas da atual gestão.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

Estresse no Treasury leva juro longo a 5% nos EUA

Victor Rezende, Luana Reis e Artur Scaff

Embora o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, tenha abrandado as tarifas "recíprocas" contra os parceiros comerciais, com exceção da China, o rali dos mercados acionários não se espalhou para todos os ativos. As taxas dos Treasuries se afastaram das máximas do dia, mas terminaram a sessão em alta, em um dia de forte estresse na renda fixa americana, após os juros de longo prazo terem alcançado a marca de 5% na madrugada de terça para quarta-feira, em uma escalada expressiva, que gera questionamentos sobre um aumento da desconfiança dos investidores em relação aos EUA e sobre as chances de alguma intervenção do Federal Reserve (Fed, banco central americano).

A turbulência nos mercados teve início ainda na terça-feira, quando os juros de longo prazo nos EUA começaram a subir de forma acentuada, em um movimento que teve continuidade na madrugada. Diante de uma intensa "corrida por liquidez" nos mercados, com a entrada em vigor das tarifas "recíprocas" de Trump, os mercados de renda fixa americanos foram duramente atingidos, na medida em que as dúvidas sobre a segurança dos ativos americanos se avolumaram em meio à ação comercial agressiva da Casa Branca.

Durante a madrugada, a taxa da T-note de dez anos chegou a 4,516%, enquanto o juro do Tbond de 30 anos avançou a 5,021% - as máximas da sessão. Os rendimentos até se afastaram das máximas ao longo do dia, mas se mantiveram em alta firme, mesmo após o recuo de Trump em relação às tarifas "recíprocas" contra a maioria dos parceiros comerciais dos EUA.

No horário de fechamento das bolsas em Nova York, o juro de dez anos estava em 4,349% e o do papel de 30 anos ficava em 4,793%.

O estresse nos juros americanos se espalhou para outros mercados.

No Japão, a taxa de 40 anos subiu à máxima histórica de 3,166%. Já no Reino Unido, o juro do Gilt britânico de 30 anos saltou aos maiores níveis desde 1998, ao bater em 5,60%. No entanto, a demanda pela segurança dos títulos da Alemanha chamou atenção e houve queda das taxas dos Bunds, mesmo com o

estresse na renda fixa americana.

No Brasil, os juros futuros também subiram, na esteira da turbulência vista nos Treasuries. Por aqui, a taxa do DI para janeiro de 2027 subiu de 14,325% no ajuste anterior para 14,475%, enquanto a do DI para janeiro de 2031 avançou de 14,56% para 14,61%, longe da máxima do dia, de 15,05%.

Na avaliação da estrategista de juros Megan Swiber, do Bank of America (BofA), a perspectiva de uma **inflação** pressionada e déficit fiscal crescente parecem indicar uma "tempestade perfeita" para o equilíbrio entre oferta e demanda no mercado de Treasuries.

Para ela, a política comercial mais agressiva nos EUA traz um risco para a demanda de investidores estrangeiros pelos papéis da dívida americana, o que também leva fundos de investimento a alguma hesitação para optar por papéis mais longos.

Em nota enviada a clientes, a estrategista aponta que os estrangeiros têm uma parte importante na demanda por Treasuries, mas ressalta que a participação tem diminuído, o que pode se intensificar com a guerra comercial.

"Acreditamos que essa preocupação é justificada se as políticas tarifárias realmente causarem uma mudança estrutural nas dinâmicas comerciais. Nos últimos anos, a demanda estrangeira mudou de grandes investidores institucionais para compradores estrangeiros. Além disso, a participação estrangeira nos leilões vem diminuindo", nota.

Se, na terça-feira, a fraca demanda por papéis de três anos ligou o sinal amarelo nos mercados, ontem a atenção se voltou ao leilão de títulos de dez anos, cuja demanda ficou acima da média, mas com baixa procura de investidores americanos. Hoje, o Tesouro americano leiloa títulos de 30 anos, o que deve novamente atrair a atenção dos agentes financeiros.

Os estrategistas de renda fixa do Citi avaliam que o mercado de Treasuries começou a passar por um episódio de falta de liquidez mais severo desde a crise bancária de maio de 2023. A equipe do banco, liderada por Jason Williams, dá destaque à redução brusca dos spreads entre as taxas dos Treasuries e os

swaps de juro de longo prazo - o que, no Brasil, costuma ser chamado de "casado" -, em um movimento que intensificou a venda de Treasuries no mercado secundário durante a madrugada, como forma de aumentar caixa.

Assim, houve um aumento expressivo na diferença entre os juros de longo prazo e as taxas mais curtas, ou seja, a curva de juros americana ganhou inclinação. "Esse movimento provavelmente foi exacerbado pela participação de investidores questionando o valor estrutural dos Treasuries e o status do dólar como reserva de valor", afirmam os estrategistas do Citi.

Para eles, entre as formas de lidar com a baixa demanda estariam uma flexibilização das regras de compra de títulos públicos pelos bancos; uma interrupção no processo de redução do balanço do Fed; e até mesmo cancelar a emissão de T-bonds de 20 anos diante do desequilíbrio entre oferta e demanda de papéis de longo prazo. Caso encerrasse a venda de títulos de 20 anos, o Tesouro economizaria até US\$ 50 bilhões em despesas com juros, avalia o banco.

Em entrevista à "Fox Business", o secretário do Tesouro dos EUA, Scott Bessent, buscou minimizar as preocupações com o mercado de Treasuries. "Existem alguns grandes players alavancados que estão sofrendo perdas e que estão tendo que se desalavancar. Acredito que não há nada sistêmico nisso.

Acho que é uma desalavancagem desconfortável, mas normal." Na medida em que a volatilidade do mercado de Treasuries tem se intensificado por diferentes formas (à vista, em futuros ou swap), o economista Thomas Simons, do Jefferies, alerta, em relatório, que as condições de liquidez "estão começando a se assemelhar à "corrida por liquidez" da primavera [no Hemisfério Norte] de 2020".

Para ele, não é óbvio que o Fed precise intervir imediatamente.

"Os mercados estão voláteis, mas, até agora, a liquidação de títulos do Tesouro tem sido ordenada", avalia Simons. Ele, porém, acredita que a dinâmica do mercado não está muito distante de pedidos para uma intervenção da autoridade monetária com a intenção de estabilizar os mercados de renda fixa.

Simons avalia que compras de Treasuries em larga escala pelo Fed, em um programa de relaxamento quantitativo (QE), seriam apenas o último recurso a ser empregado pelo banco central americano.

"Compras em massa de Treasuries podem levantar

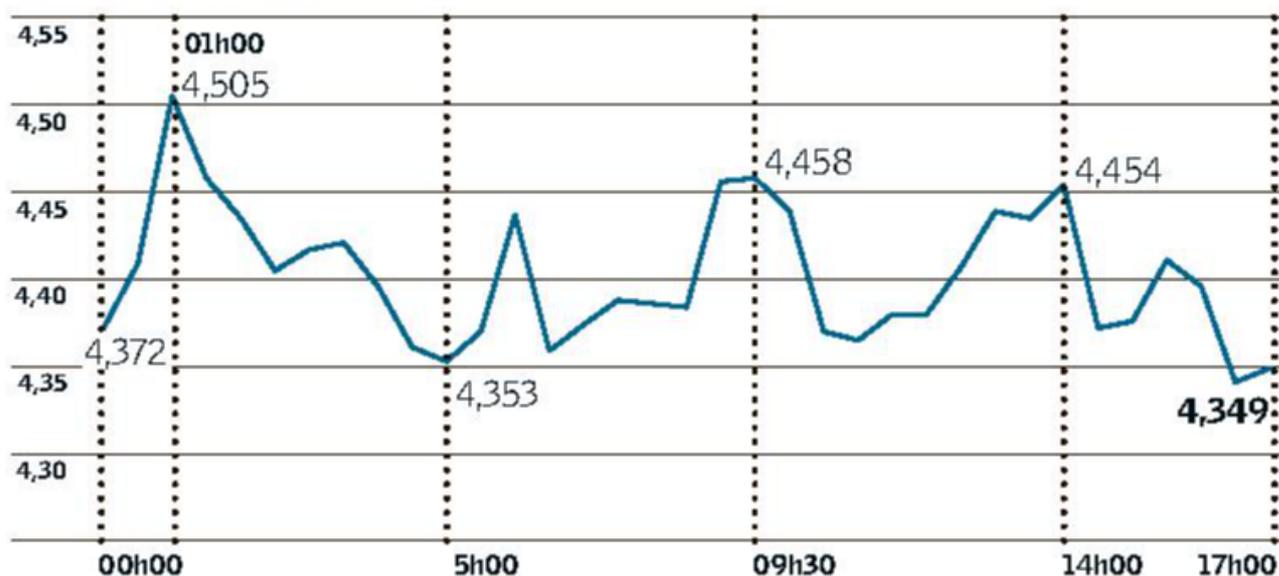
questões sobre a monetização da dívida nos EUA e enfraquecer ainda mais o apelo do mercado entre investidores estrangeiros", diz o economista, que não espera que o Fed volte a comprar títulos tão cedo.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

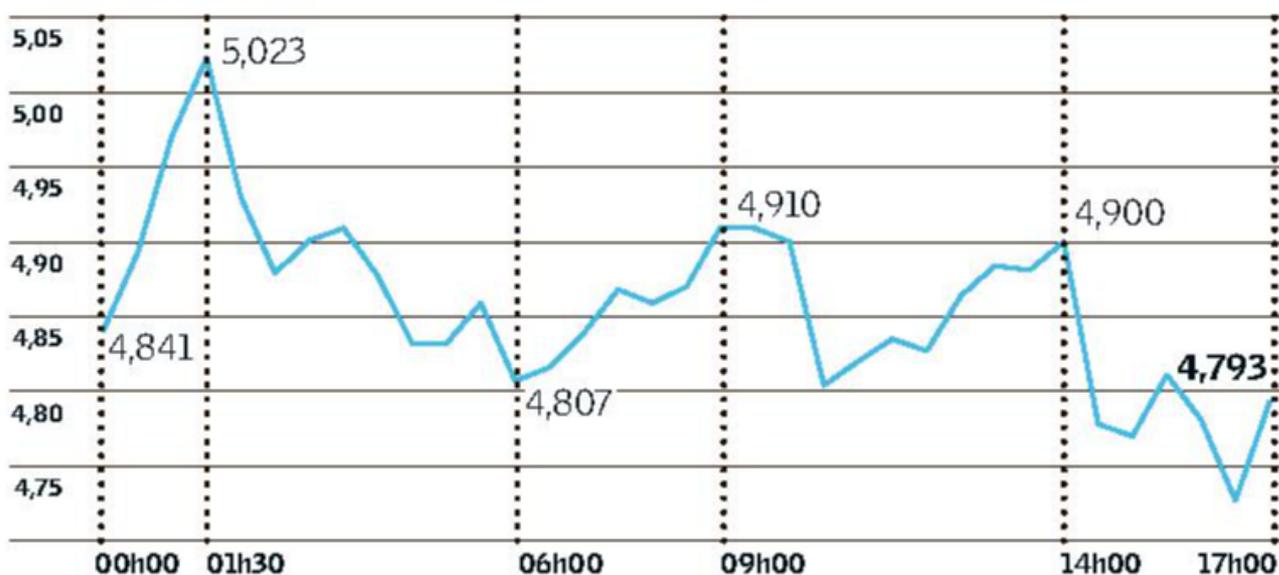
Disparada dos juros

Taxas dos Treasuries longos se mantêm em alta firme (em % a.a.)

T-note de 10 anos



T-bond de 30 anos



Fonte: Tradeweb

Governo brasileiro vê risco de recessão global

MANOEL VENTURA (Colaborou Bernardo Lima)

A escalada da guerra comercial entre os EUA e a China preocupa a equipe econômica do governo Lula, diante de um tombo praticamente contratado na economia mundial e da possibilidade de que um eventual acordo entre os dois países afete o Brasil. Por outro lado, há um cálculo sobre o alívio na **inflação** que seria causado por uma queda no preço dos combustíveis.

Apesar de ter subido ontem, o barril de petróleo do tipo Brent, referência no mercado internacional, chegou a cair abaixo de US\$ 60 esta semana, o menor nível em quatro anos.

Integrantes do governo Lula medem os impactos da crise tarifária, mas já avaliam que são grandes as chances de uma recessão nos Estados Unidos - e no mundo - por conta das incertezas.

Um cenário extremo, com a manutenção dos patamares de tarifas com a China, faria a economia dos EUA cair 3% neste ano, com efeitos no mundo inteiro. Porém, um acordo entre americanos e asiáticos é o cenário mais provável com o qual negociadores brasileiros trabalham.

Apesar disso, mesmo se houver um alívio nas tarifas, não haveria motivos para investidores colocarem recursos na economia real sem previsibilidade sobre os desdobramentos da guerra comercial, segundo a análise.

No Brasil, isso afetaria principalmente petróleo e minérios - estes últimos dependendo de como a China reagirá com incentivos internos ao consumo e à produção. A cotação do minério de ferro caiu quase 8% esta semana e acumula recuo de 11,5% no ano.

No caso do petróleo, o cálculo é que a redução da cotação vai baixar os preços dos combustíveis no mercado brasileiro, o que pode ser disseminado no restante da economia. Uma **inflação** mais baixa poderia aliviar o trabalho do Banco Central e antecipar o fim do ciclo de alta dos juros. O efeito colateral da queda do petróleo, porém, é a menor receita com royalties.

Um outro impacto são os possíveis efeitos colaterais

no Brasil de um eventual acordo entre EUA e China. Uma negociação que aumente a venda de produtos agrícolas americanos para os chineses, especialmente de soja, poderia afetar as exportações brasileiras no médio prazo, porque o país é concorrente dos EUA.

CANAL ABERTO PARA DIÁLOGO

Um ponto positivo é que há um canal aberto para o diálogo com os EUA. O Brasil quer cotas para vender aço sem a tarifa de 25% e tenta convencer os americanos a reduzirem a alíquota de 10% sobre importações de todos os produtos brasileiros.

Ao participar da Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), em Honduras, o presidente Lula alertou que a autonomia da América Latina "está novamente em cheque", e reafirmou que "a História ensina que guerras comerciais não têm vencedores".

Site: <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

A agenda inescapável (Artigo)

Felipe Salto

O compromisso do atual governo com a responsabilidade fiscal segue duas premissas: recuperação de receitas e cumprimento do chamado novo arcabouço fiscal. Essa estratégia, entretanto, é insuficiente para restabelecer as condições de sustentabilidade.

Para 2027, vença as eleições quem vencer, será preciso promover um programa de ajuste fiscal baseado na contenção do crescimento da despesa, no corte das renúncias tributárias e na redução do grau de rigidez orçamentária.

Isto é, será necessário reverter as regras de indexação e de vinculação.

O resultado primário necessário para estabilizar a dívida pública como proporção do **PIB**, de acordo com nossas estimativas na Warren Investimentos, é de 2% do **PIB**. Isso se considerarmos a taxa real de juros neutra, de 5%, e um crescimento econômico real ao redor de 2,5%, para uma dívida de cerca de 80% do **PIB**.

Estamos partindo de um déficit de cerca de 1% do **PIB**, em bases recorrentes, a saber, excluindo fatores atípicos e adicionando gastos parafiscais, que precisariam ser internalizados ao processo orçamentário típico.

Dessa forma, o desafio é promover um ajuste de 3 pontos percentuais do **PIB**, o que poderia ocorrer num horizonte de dois anos, sendo a principal parte concentrada no primeiro ano de mandato, 2027.

A lista de medidas necessárias é extensa e de difícil execução, seja pela necessidade de mudanças constitucionais, seja pela resistência política que essas ações despertarão em parte do Congresso. Estamos falando de um ajuste de R\$ 350 bilhões.

O Orçamento público federal ganhou contornos e características que o tornaram disfuncional e o distanciaram das reais necessidades da população.

São 93,6% de despesas rígidas, que não têm como ser cortadas por meio de medidas gerenciais.

Não se promovem avaliações das políticas públicas, que entraram em espécie de piloto automático.

Essa rigidez está associada a gastos como: Benefício de Prestação Continuada (BPC), abono salarial, seguro-desemprego, subsídios e subvenções, **Previdência Social**, pensões e aposentadorias dos militares, emendas parlamentares, saúde e educação, entre outros.

As providências a serem tomadas têm de ser preparadas antes do início do próximo mandato.

Recordo que, em 2015, a presidente Dilma Rousseff, mesmo estando num campo político que não acredita no ajuste dos gastos públicos, promoveu cortes importantes, inclusive com mudanças no abono salarial. Joaquim Levy foi seu ministro da Fazenda naquele começo de segundo mandato. Pela inabilidade política e pela falta de convicção, o período de ajuste foi curto e insuficiente. Os resultados econômicos são conhecidos.

Em 2027, de certo modo, haverá uma repetição da situação de 2015. Se, naquela ocasião, vínhamos de um período marcado pela contabilidade criativa, pela volta dos déficits primários e pela alta da dívida pública, em 2027 estaremos em situação um pouco melhor, mas notadamente pautada por dívida elevada e crescente.

Eis uma lista de medidas emergenciais a compor um plano de ajuste para o início do próximo mandato presidencial: 1) Limitar as emendas parlamentares a 10% das despesas discricionárias previstas no Orçamento.

Economia de R\$ 30 bilhões; 2) Desindexar a Previdência, o abono, o seguro-desemprego e o BPC do salário mínimo. Economia de R\$ 35 bilhões; 3) Desvincular a saúde e a educação da evolução de indicadores de receita. Economia de R\$ 20 bilhões; 4) Reduzir todos os gastos tributários em 10%. Economia de R\$ 55 bilhões; 5) Acabar com os abatimentos de despesas médicas da base do Imposto de Renda. Economia de R\$ 22,5 bilhões; 6) Reduzir os subsídios e subvenções em R\$ 10 bilhões; 7) Reduzir o percentual de complementação da União ao Fundeb para 15% (antes em 10%, deve atingir 23% em 2026).

Economia de R\$ 15 bilhões; 8) Reduzir o fundo eleitoral e os gastos com campanha pela metade. Economia de R\$ 2,5 bilhões; 9) Reforma da previdência dos militares, combate a supersalários e reformas adicionais no Regime Geral de Previdência.

Economia de R\$ 20 bilhões; e 10) Reforma da tributação da renda, com tabela (mais) progressiva no Imposto de Renda.

Economia de R\$ 20 bilhões.

Por meio dessas medidas, o ganho total obtido, já no primeiro ano, seria de R\$ 230 bilhões, cerca de 2/3 do ajuste total requerido anteriormente comentado aqui.

A adoção de um limite para a dívida pública poderia funcionar como uma regra guardachuva para motivar essas ações.

O senador Renan Calheiros apresentou, nas últimas semanas, um bom projeto nessa direção.

A trajetória prospectiva da dívida consolidada da União precisa seguir a lógica da busca e da garantia permanentes das condições de sustentabilidade.

Não será fácil, mas eis o caminho para resgatarmos as chances de o Brasil voltar a crescer consistentemente. O ajuste fiscal é o único meio para desatarmos o nó górdio dos juros altos, baixo nível de investimentos e prejuízos ao bem-estar social, sobretudo daqueles que mais dependem do Estado.

ECONOMISTA-CHEFE DA WARREN INVESTIMENTOS, MEMBRO DO CONSELHO SUPERIOR DE ECONOMIA DA FIESP, FOI SECRETÁRIO DA FAZENDA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>